



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

IX LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2002-2003)

### REUNIÃO PLENÁRIA DE 16 DE MAIO DE 2003

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. João Bosco Soares Mota Amaral

Secretários: Ex.<sup>mos</sup> Srs. Manuel Alves de Oliveira  
Ascenso Luís Seixas Simões  
Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos

## SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas.

Em sessão de perguntas ao Governo, o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas (Jorge Costa) respondeu à pergunta formulada pelo Sr. Deputado Jorge Nuno Sá (PSD) sobre o ponto da situação da construção do IC 28 e do IP 9, tendo ainda prestado esclarecimentos adicionais aos Srs. Deputados Marques Júnior (PS) e Honório Novo (PCP).

O Sr. Deputado Luiz Fagundes Duarte (PS) formulou uma pergunta relativa ao estado actual das áreas anexas ao Aeroporto de Santa Maria, à qual respondeu aquele Membro do Governo, bem como aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados Judite Jorge (PSD) e António Filipe (PCP).

O mesmo Sr. Secretário de Estado respondeu, a seguir, à pergunta colocada pelo Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira (PS), sobre o avanço do projecto de construção do nó rodoviário da Quinta do Conde, na intersecção da EN 10 com o IC 13, bem como aos pedidos de esclarecimento adicionais deste Sr. Deputado e dos Srs. Deputados Luís Rodrigues (PSD) e Bruno Dias (PCP).

O Sr. Deputado Paulo Veiga (CDS-PP) inquiriu também o Sr. Secretário de Estado sobre o IC 16 e o IC 30. Respondida a pergunta inicial, fizeram pedidos de esclarecimento adicionais os Srs. Deputados Edite Estrela (PS), Fernando Pedro Moutinho (PSD) e António Filipe (PCP).

O Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos (Hermínio Loureiro) deu resposta à pergunta do Sr. Deputado Pedro Alves (PSD), sobre o Euro Sub-17 — Viseu, bem

como ao pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Miguel Ginestal (PS).

O mesmo Secretário de Estado respondeu ainda à pergunta formulada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Amaral Dias (BE), acerca da informação inserida num encarte da responsabilidade da Secretaria de Estado da Juventude e Desportos sobre hepatite, dirigido aos jovens e distribuído com o jornal Expresso no passado dia 10 de Maio, bem como aos pedidos de esclarecimentos adicionais dos Srs. Deputados Luisa Portugal (PS), Isabel Castro (Os Verdes), Bruno Dias (PCP) e Jorge Nuno Sá (PSD).

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro (Os Verdes) formulou uma pergunta sobre a situação do Parque Nacional Sintra/Cascais e o seu plano de ordenamento, à qual respondeu o Sr. Secretário de Estado do Ordenamento do Território (Paulo Taveira de Sousa), bem como às perguntas adicionais formuladas pelos Srs. Deputados Honório Novo (PCP), Pedro Silva Pereira (PS) e Vítor Reis (PSD).

A terminar, à pergunta da Sr.<sup>a</sup> Deputada Odete Santos (PCP), sobre as medidas que o Governo pensa tomar no sentido de reforçar a protecção dos trabalhadores afectados pelas doenças músculo-esqueléticas, impedindo, nomeadamente, o despedimento dos que são vítimas daquelas doenças, deu resposta o Sr. Secretário de Estado do Trabalho (Luís Pais Antunes), que prestou também esclarecimentos adicionais aos Srs. Deputados Pedro Roque (PSD) e Rui Cunha (PS).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 12 horas e 25 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 10 horas.*

*Srs. Deputados presentes à sessão:*

**Partido Social Democrata (PSD):**

Abílio Jorge Leite Almeida Costa  
 Adriana Maria Bento de Aguiar Branco  
 Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto  
 Ana Paula Rodrigues Malojo  
 António Fernando de Pina Marques  
 António Henriques de Pinho Cardão  
 António Manuel da Cruz Silva  
 António Pedro Roque da Visitação Oliveira  
 Bernardino da Costa Pereira  
 Bruno Jorge Viegas Vitorino  
 Carlos Alberto da Silva Gonçalves  
 Carlos Alberto Rodrigues  
 Carlos Manuel de Andrade Miranda  
 Carlos Parente Antunes  
 Daniel Miguel Rebelo  
 Diogo de Sousa Almeida da Luz  
 Eduardo Artur Neves Moreira  
 Fernando António Esteves Charrua  
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira  
 Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho  
 Fernando Santos Pereira  
 Gonçalo Miguel Lopes Breda Marques  
 Henrique José Monteiro Chaves  
 João Bosco Soares Mota Amaral  
 João Carlos Barreiras Duarte  
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá  
 João José Gago Horta  
 João Manuel Moura Rodrigues  
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte  
 Joaquim Miguel Parelho Pimenta Raimundo  
 Jorge Nuno Fernandes Traila Monteiro de Sá  
 José Alberto Vasconcelos Tavares Moreira  
 José António Bessa Guerra  
 José António de Sousa e Silva  
 José Luís Campos Vieira de Castro  
 José Manuel de Matos Correia  
 José Manuel dos Santos Alves  
 José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro  
 José Miguel Gonçalves Miranda  
 Judite Maria Jorge da Silva  
 Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira  
 Luís Filipe Alexandre Rodrigues  
 Luís Filipe Soromenho Gomes  
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes  
 Manuel Alves de Oliveira  
 Manuel Filipe Correia de Jesus  
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida  
 Maria Assunção Andrade Esteves  
 Maria Aurora Moura Vieira  
 Maria da Graça Ferreira Proença de Carvalho  
 Maria Eulália Silva Teixeira  
 Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado  
 Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça  
 Tavares  
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira

Maria Natália Guterres V. Carrascalão da Conceição Antunes

Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro  
 Maria Paula Barral Carloto de Castro  
 Maria Teresa da Silva Morais  
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia  
 Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos  
 Pedro Filipe dos Santos Alves  
 Rodrigo Alexandre Cristóvão Ribeiro  
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva  
 Rui Miguel Lopes Martins de Mendes Ribeiro  
 Salvador Manuel Correia Massano Cardoso  
 Vítor Manuel Roque Martins dos Reis

**Partido Socialista (PS):**

Alberto de Sousa Martins  
 Alberto Marques Antunes  
 Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes  
 Ana Maria Benavente da Silva Nuno  
 Antero Gaspar de Paiva Vieira  
 António Alves Marques Júnior  
 António Bento da Silva Galamba  
 António de Almeida Santos  
 António Fernandes da Silva Braga  
 António José Martins Seguro  
 António Ramos Preto  
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho  
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos  
 Ascenso Luís Seixas Simões  
 Augusto Ernesto Santos Silva  
 Carlos Manuel Luís  
 Edite Fátima Santos Marreiros Estrela  
 Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita  
 Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira  
 Fausto de Sousa Correia  
 Fernando dos Santos Cabral  
 Fernando Manuel dos Santos Gomes  
 Fernando Pereira Cabodeira  
 Fernando Pereira Serrasqueiro  
 Fernando Ribeiro Moniz  
 Jaime José Matos da Gama  
 Jamila Bárbara Madeira e Madeira  
 João Barroso Soares  
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira  
 Jorge Lacão Costa  
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro  
 Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho  
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro  
 José António Fonseca Vieira da Silva  
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida  
 José Manuel Santos de Magalhães  
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros  
 Júlio Francisco Miranda Calha  
 Laurentino José Monteiro Castro Dias  
 Leonor Coutinho Pereira dos Santos  
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal  
 Luís Alberto da Silva Miranda  
 Luís Manuel Capoulas Santos  
 Luís Manuel Carvalho Carito  
 Luísa Pinheiro Portugal  
 Luiz Manuel Fagundes Duarte  
 Manuel Maria Ferreira Carrilho

Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira  
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia  
 Maria Cristina Vicente Pires Granada  
 Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina  
 Maria do Carmo Romão Sacadura dos Santos  
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima  
 Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo  
 Maximiano Alberto Rodrigues Martins  
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque  
 Nelson Madeira Baltazar  
 Osvaldo Alberto Rosário Sarmiento e Castro  
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte  
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio  
 Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves  
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz  
 Rosalina Maria Barbosa Martins  
 Rui António Ferreira da Cunha  
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira  
 Teresa Maria Neto Venda  
 Vicente Jorge Lopes Gomes da Silva  
 Victor Manuel Bento Baptista  
 Vitalino José Ferreira Prova Canas  
 Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho  
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

#### Partido Popular (CDS-PP):

Diogo Nuno de Gouveia Torres Feio  
 Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos  
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia  
 Luís José Vieira Duque  
 Manuel de Almeida Cambra  
 Manuel Miguel Pinheiro Paiva  
 Narana Sinai Coissoró  
 Paulo Daniel Fugas Veiga  
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

#### Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues  
 Bernardino José Torrão Soares  
 Bruno Ramos Dias  
 José Honório Faria Gonçalves Novo  
 Lino António Marques de Carvalho  
 Maria Luísa Raimundo Mesquita  
 Vicente José Rosado Merendas

#### Bloco de Esquerda (BE):

Joana Beatriz Nunes Vicente Amaral Dias  
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

#### Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia  
 Isabel Maria de Almeida e Castro

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, hoje não há expediente, pelo que vamos iniciar de imediato a sessão de perguntas ao Governo. A primeira pergunta será respondida pelo Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas e é formulada pelo Sr. Deputado Jorge Nuno Sá, que dispõe de três minutos para o efeito. Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Nuno Sá (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado, dirija-lhe hoje uma

pergunta sobre o ponto de situação da construção do IC 28 e do IP 9. Como bem sabe, Sr. Secretário de Estado, estas duas vias são fundamentais para o desenvolvimento do distrito de Viana do Castelo, mais concretamente do Vale do Lima. Estão integradas no Plano Rodoviário Nacional, fazem parte daquilo a que chamamos os eixos transversais da região e que serão fundamentais para complementar a rede já existente com a AE 3 também com o IC 1 até Viana do Castelo. Estas estradas foram já por várias vezes prometidas ao povo do Alto Minho — digo-lhe mesmo que, em 1997, eu e um grupo de jovens de Viana do Castelo fizemos uma campanha na qual dizíamos: «Não andamos em cima de promessas, andamos em cima de alcatrão, de uma vez por todas!»

Era fundamental para nós que estas estradas se realizassem. Em 1996, numa das mais eloquentes peças de demagogia que a minha memória política consegue alcançar, no «Governo em Diálogo» do Engenheiro António Guterres pelo distrito, foi reafirmado que estas estradas seriam construídas, que se começaria a sua construção em 1997, mas nada disso se verificou, os atrasos foram sucessivos!

Estão ainda envolvidas estas estradas no negócio político (que, se calhar, mais envergonha os alto-minhotos por terem estado envolvidos nessa mesma negociata) que foram os «orçamentos limianos» dos últimos anos, de que todos têm memória. Por isso mesmo, e se calhar até por isso, no nosso círculo eleitoral, os eleitores resolveram mudar o seu sentido de voto significativamente nas últimas eleições — se calhar, por estarem fartos desta situação! Havendo algumas forças políticas que têm usado estas duas estradas como arma de arremesso político, dizendo o contrário daquilo que os nossos olhos vêem hoje no dia-a-dia — ainda na segunda-feira, quando visitei o concelho de Arcos de Valdevez, tive oportunidade de ver o estado de desenvolvimento destas acessibilidades — queria hoje, como fiel depositário dessa esperança dos alto-minhotos que decidiram votar maioritariamente no PSD nas últimas eleições, perguntar-lhe, Sr. Secretário de Estado, qual é, de facto, o ponto de situação da construção destas duas acessibilidades.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas.

O Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas (Jorge Costa): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, de facto, o IP 9 e o IC 28 são dois eixos estruturantes do Vale do Lima, do distrito de Viana do Castelo e de toda aquela região.

Posso hoje, aqui, dizer-vos que, relativamente ao IP 9, estão a desenvolver-se os lançamentos Nogueira/Estorãos e Estorãos/Ponte de Lima. A situação dos dois lançamentos é semelhante porque ambos dispõem de estudo prévio já aprovado, em 15 de Outubro de 2002, ambos dispõem de declaração de impacto ambiental, ambos dispõem também de geometrias de traçado aprovadas recentemente, em Fevereiro. Portanto, isto significa que foi possível avançar para a fase seguinte, que é a de elaboração dos relatórios de conformidade do projecto de execução — é nessa fase que estamos neste momento. Esses relatórios estão elaborados, encontram-se em avaliação no Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, com data limite de decisão até 13 de Junho de 2003, pelo que estamos muito próximos da data limite de decisão, o que augura a possibilidade de, rapidamente, se iniciar a aprovação dos

projectos de execução ou, pelo menos, das peças dos projectos necessárias a permitir a entrada em obra.

Quero dizer-lhe, Sr. Deputado, que, apesar disso tudo, é possível cumprir o prazo contratualmente estipulado de entrada em serviço destes dois sub-lanços, até Julho de 2005, que é o prazo contratual. É sabido também que o Nó de Estorãos foi ripado no sentido que estava previsto no estudo de impacte ambiental.

Relativamente ao IC 28, este tem obra em curso já no lanço entre o nó com a EN 302 e Ponte da Barca — também é uma obra estruturante porque vai permitir a ligação ao IP 1 das sedes do concelho de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, bem como ligar entre si as sedes do concelho de Viana do Castelo, Ponte de Lima, Ponte da Barca e Arcos de Valdevez, já que dá continuidade ao IP 9. Esta obra tem data prevista de conclusão para Setembro de 2003 — estamos muito próximos de conseguir satisfazer uma das grandes pretensões dos autarcas locais e, sobretudo, das populações.

O Sr. Presidente: — Para uma pergunta suplementar, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Nuno Sá.

O Sr. Jorge Nuno Sá (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, como deve imaginar, as notícias que nos traz hoje são por nós muito saudadas — é algo por que ansiávamos há muito tempo saber que, em Setembro de 2003, o IC 28, que é o eixo transversal de Ponte de Lima, a montante do Rio Lima, estará pronto, ou seja, ainda este ano, e que, daqui a sensivelmente dois anos, teremos o IP 9 também completamente concluído. Eram estas respostas que a população do Alto Minho desejava há muito tempo, são estas respostas que hoje veio dar-nos e, de facto, estamos contentes e confiantes, sabendo também de um conjunto de obras complementares, de outras acessibilidades, que estão em estudo no seu Ministério, na sua Secretaria de Estado.

Estamos, finalmente, a fazer aquilo que já foi prometido várias vezes aos habitantes daquela região, aos autarcas daquela região, e que finalmente será cumprido.

Penso que estamos a cumprir aquilo que foi o nosso compromisso com o eleitorado, é isso que nós queremos fazer, foi em nós que eles confiaram, seremos sempre os seus fiéis depositários aqui, nesta Câmara, e estaremos sempre dispostos a interpelar o Governo, satisfeitos quando as respostas vêm ao encontro daquilo que são as nossas pretensões, daquilo que são os nossos anseios.

O Sr. Presidente: — Para um pedido de esclarecimento adicional ao Sr. Secretário de Estado, tem a palavra o Sr. Deputado Marques Júnior.

O Sr. Marques Júnior (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado, para demagogia, o Sr. Deputado Jorge Nuno Sá não está nada mal — está até muito bem posicionado!

Provavelmente, o Sr. Deputado, quando estava desgostoso relativamente aos IP e às acessibilidades, queria referir-se aos 10 anos do governo de Cavaco Silva...

O Sr. Jorge Nuno Sá (PSD): — Não queira comparar!

O Orador: — ... em que o primeiro-ministro, na altura, com uma grande dose de sentido de responsabilidade e de

dignidade, no Alto Minho, pediu desculpa aos alto-minhotos por, durante 10 anos, se ter esquecido do Alto Minho.

O Sr. Jorge Nuno Sá (PSD): — Não foi assim!

O Orador: — Sr. Deputado Jorge Nuno Sá, foi mesmo assim, foi exactamente assim como estou a dizer! Pediu desculpa, aliás, numa atitude que só fica bem a um primeiro-ministro, como foi o caso do Sr. Professor Cavaco Silva.

Relativamente a esta questão do IP 9 e do IC 28, quero apenas dizer o seguinte: o IP 9 e o IC 28, que são de facto acessibilidades fundamentais, foram efectivamente lançados pelo PS, começaram a ser executados pelo PS — o IP 9, desde que o PS deixou o governo, está parado e o IC 28 continua no ritmo que vinha, presumo eu, do tempo do governo do PS.

O Sr. Jorge Nuno Sá (PSD): — Era um quilómetro por ano, no tempo do governo do PS!

O Orador: — Devo dizer-lhe, Sr. Secretário de Estado, que não entendi nem a pergunta nem a resposta, porque a resposta do Sr. Secretário de Estado parece-me uma resposta natural para uma pergunta que sai fora do que é absolutamente habitual.

O que o Sr. Secretário de Estado disse foi que as coisas estão a decorrer com alguma normalidade — bem..., com alguma anormalidade, porque o IP 9 tem suspensa a sua construção e o IC 28 está a decorrer com alguma normalidade.

Eu esperava que o Sr. Deputado Jorge Nuno Sá o interpelasse antes sobre o problema do IC 1. O que é que é feito relativamente ao desenvolvimento do IC 1? Em que fase estão os estudos e como é que isso está? Está também parado, Sr. Secretário de Estado? Esta é a minha pergunta.

O Sr. Presidente: — Também para um pedido de esclarecimento adicional, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Presidente, não vou entrar no tradicional «filme» que repõe, praticamente todos os anos e todas as legislaturas, *A Guerra do Alecrim e Mangerona*, em que uns dizem que a culpa é dos anteriores e os seguintes dizem que a culpa foi daqueles que os antecederam. Não vou entrar nesse «filme», vou apenas dizer que, quanto a notícias novas, Sr. Secretário de Estado, de facto, não há! E vou explicar porquê: porventura, o senhor assumiu este cargo há relativamente pouco tempo, e nem o Sr. Deputado do PSD que o interpelou nem o Sr. Secretário de Estado têm a obrigação de saber que, no dia 7 de Fevereiro deste ano, já com o anterior titular do seu cargo nós abordámos a questão do IP 9 e do IC 28. Eu julgava que ou o Deputado da maioria que o apoia ou o Sr. Secretário de Estado iam dar-nos novidades.

De facto, o senhor não dá qualquer novidade em relação àquilo que o seu antecessor tinha dito aqui há três meses. Por exemplo, não dá qualquer novidade sobre a assumpção de compromissos formais quanto à conclusão do IC 28 — não sei se quer dar agora, na resposta subsequente. Não dá qualquer garantia, tal como o seu

antecessor não deu, e não deu na discussão de 7 de Fevereiro nem deu a um requerimento subsequente que eu formulei sobre se, sim ou não, é intenção do Governo — claramente, para a população saber — pôr portagens no IP 9. Como também não sei se quer dar garantias sobre se vai ou não vai haver ou a reposição ou a colocação de portagens no IC 1 entre Viana do Castelo e o Porto. Isso é que nós gostávamos de saber.

Já agora, Sr. Secretário de Estado, quanto ao nó de Estorãos, como é que vai ficar? Porque houve um compromisso dado aqui, pelo anterior titular do cargo, de que iria reanalisar a questão do nó de Estorãos. Em que sentido é que ele foi reanalisado, se é que foi reanalisado nestes três meses?

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas.

**O Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, de facto, eu vim ao Parlamento para responder a uma pergunta que me foi feita relativamente ao ponto de situação da construção do IC 28 e do IP 9. Portanto, é sobre esta matéria que aqui vim responder.

**O Sr. Honório Novo (PCP):** — E, quando às portagens, não responde?!...

**O Orador:** — Aquilo que expliquei é aquilo que se passa na realidade: não se podem fazer obras sem projectos, não se podem fazer obras sem estudos de impacte ambiental, ao contrário do passado, em que foi lançado um conjunto de obras e efectuado um conjunto de concessões sem estudos de impacte ambiental — e estamos agora a sofrer as consequências nessa matéria, na medida em que os estudos de impacte ambiental obrigam a atrasar todo o processo de elaboração de projectos, sobretudo o processo de elaboração do projecto de execução, que é peça fundamental para se poderem desenvolver obras.

Nós não lançamos concessões sem projecto de execução e, sobretudo, sem estudo de impacte ambiental prévio aprovado.

Nessa matéria, o que se passou relativamente ao IP 9 foi a necessidade de desenvolver todos estes passos, a partir do momento em que foi assinado o contrato, o que aconteceu em Setembro de 2001. Como já aqui referi, neste momento temos estudos prévios aprovados, temos geometrias de traçados definidas, e estamos em condições, provavelmente a partir de 13 de Junho, de aprovar o projecto de execução que permita o início da obra. Estes são os dados concretos e permitem cumprir também o prazo contratual definido, que é a abertura em Julho de 2005, como já referimos.

Relativamente ao nó de Estorãos, quero aqui referir que esse nó vai ser ripado relativamente ao traçado no início da solução I — a solução I é uma das soluções que esteve em discussão pública no âmbito do estudo de impacte ambiental. E vai ser ripado cerca de 150 metros para norte, tendo como consequência a reconfiguração e realocação deste nó. Aliás, isto estava indicado na consulta pública que foi efectuada, nos termos da legislação em vigor.

Relativamente ao IC 28, como também já aqui referi, a data de conclusão é Setembro de 2003, relativamente ao nó que está em construção, de ligação com a Ponte da

Barca. Relativamente à ligação Ponte da Barca/Lindoso, que é a parte que falta, é um lanço que ainda nem sequer está estudado, que não tem estudo prévio e, portanto, só depois de desenvolver o estudo prévio e as fases que aqui acabei de referir, nomeadamente a avaliação de impacte ambiental inicial, é que podemos assumir compromissos acerca de datas de conclusão.

**O Sr. Honório Novo (PCP):** — E quanto às portagens nada? Muito obrigado, Sr. Secretário de Estado, pelas suas não respostas!

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, a pergunta seguinte dirige-se também ao Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas e é formulada pelo Sr. Deputado Luiz Fagundes Duarte. Tem a palavra, Sr. Deputado.

**O Sr. Luiz Fagundes Duarte (PS):** — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, agradeço a disponibilidade de V. Ex.<sup>a</sup> para responder às questões que me ocorre fazer-lhe sobre uma das perguntas que foi agendada para hoje.

Gostaria, sobretudo, de realçar a prontidão com que respondeu ao pedido para vir à Assembleia, o que só lhe fica bem e honra esta Casa.

Como é do conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup>, é vasta a área circundante ao aeroporto internacional de Santa Maria, que é administrada pela ANA, que foi anteriormente ocupada por infra-estruturas e serviços de apoio aeroportuários e que hoje, mercê da perda da importância estratégica daquele aeroporto, se encontra abandonada, muito degradada, dando mesmo ares de um verdadeiro parque de sucatas — aliás, como V. Ex.<sup>a</sup> sabe porque conhece o local.

Por despacho conjunto do Ministro da República para os Açores, do Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transportes e do Governo Regional dos Açores, de 14 de Abril de 1983 (curiosamente assinado pelo então presidente do Governo Regional e hoje Presidente da Assembleia da República), determinava-se que as infra-estruturas periféricas daquele aeroporto não directamente relacionadas com tráfego aéreo ou exploração aeroportuária deveriam ser transferidas para o património da Região Autónoma, faseadamente e em termos a definir oportunamente. Tal transferência nunca se verificou; a ANA, E. P., deixou de investir nas infra-estruturas, que rapidamente se foram deteriorando a ponto de a Assembleia Legislativa Regional ter aprovado uma resolução, em Setembro de 2001, recomendando ao Governo que tomasse as medidas necessárias e negociasse com as entidades competentes, e mais directamente envolvidas, no sentido de elaborar o plano de ordenamento e de reabilitação...

Sr. Presidente, com este barulho não sei se estou a falar para o Sr. Presidente ou para o Parlamento...

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado está a falar para o Parlamento, mas toda a gente está «parlando»... Esse é que é o mal e por isso peço a compreensão de todos.

**O Orador:** — Como eu dizia, a resolução recomendava ao Governo que tomasse as medidas necessárias e negociasse com as entidades competentes, e mais directamente envolvidas, no sentido de elaborar o plano de ordenamento e de reabilitação paisagística e urbanística da zona, e ainda que encetasse negociações com o Ministério das Finanças a fim de que os terrenos não necessários às opera-

ções aeroportuárias fossem desanexados e entregues à Câmara Municipal de Vila do Porto. Esta foi uma fase da história.

Ao mesmo tempo, o Governo Regional desenvolveu um conjunto de procedimentos no sentido da elaboração de um estudo prévio para a requalificação desta zona, que acabou por ser adjudicado em 2001.

O estudo apontou para a definição de um plano de requalificação ambiental das zonas envolventes do aeroporto de Santa Maria, que seria aprovado pelo Governo Regional, em Novembro de 2001 — portanto, houve bastante celeridade no processo —, e dos critérios de distribuição dos custos a suportar pelas entidades envolvidas, que seriam: a Secretaria Regional do Ambiente, a Secretaria Regional da Economia (portanto, o Governo Regional, em cerca de 49%) e a Força Aérea, a Câmara Municipal de Vila do Porto, a ANA e a Navegação Aérea de Portugal (NAP) que teriam a seu cargo perto de 40%, traduzindo-se num investimento final de 800 000 euros.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se.

**O Orador:** — Tenho comigo o processo todo narrado, o qual naturalmente o Sr. Secretário de Estado conhece. Sei que está em bom andamento, sendo que a última notícia do desenvolvimento deste processo data já deste mês.

Se me permite, Sr. Presidente, vou colocar as perguntas ao Sr. Secretário de Estado.

A primeira é: pode o Governo garantir, através de V. Ex.<sup>a</sup>, que o plano de requalificação ambiental das zonas envolventes ao aeroporto de Santa Maria, na parte que compete às empresas ANA e NAP, vai mesmo ter o seguimento e a conclusão que um tão longo e tão intenso processo de negociações justifica?

**O Sr. Presidente:** — Como já tinha alertado, o seu tempo terminou. O Sr. Deputado ultrapassou muito o seu tempo, pelo que fará a segunda pergunta numa segunda volta.

Tem a palavra, para responder, o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas.

**O Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas:** — Sr. Presidente, Sr. Deputado, de facto, este é um processo que se arrasta há longos anos. Trata-se de um conjunto de áreas que transitaram para a administração portuguesa já em 1946 e que têm estado ao abandono.

O problema reside no facto de uma parte substancial daquela área ter sido desafectada e de as pessoas continuarem a aceder-lhe, o que faz com que, de alguma forma, seja incontroável o depósito de resíduos, de entulhos e de detritos.

Com o protocolo de cooperação referido pelo Sr. Deputado e que visa a requalificação ambiental daquela zona, ficou determinado que a empreitada seria coordenada pelo Governo Regional, através da Secretaria Regional da Habitação e Equipamento, envolvendo também as Secretarias Regionais do Ambiente e da Economia, e que à ANA e à NAP competiria a comparticipação nos custos desta intervenção.

De facto, o que aqui posso garantir é que a NAP e a ANA assumirão em pleno os compromissos acordados no âmbito desse protocolo. Posso também dizer-lhe, Sr. Depu-

tado, que a ANA, através de uma carta enviada há uns dias, informou a Câmara Municipal de Vila do Porto exactamente disso, considerando que é de manter o protocolo em vigor e referindo que só necessita que lhe seja dito quando e como é que deverá proceder ao pagamento da parte que lhe está destinada. Sabemos que esta comparticipação da ANA e da NAP representa 42,2% do total (estamos a falar de mais de 300 000 euros).

No sentido de resolver esta questão, este compromisso vai ser assumido nos exactos termos em que ficou definido no protocolo.

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos adicionais, e esperando que faça agora a segunda pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Luiz Fagundes Duarte.

**O Sr. Luiz Fagundes Duarte (PS):** — Sr. Presidente, agradeço a sua simpatia.

**O Sr. Presidente:** — Para além de simpatia, é cumplicidade.

**O Sr. Luiz Fagundes Duarte (PS):** — Muito obrigado.

De facto, tenho na minha posse os elementos referidos ao processo e sinto-me satisfeito com isso.

A segunda pergunta é a seguinte: tendo em conta a importância do aeroporto e das suas zonas envolventes para a economia e para o equilíbrio ambiental de uma ilha pequena e de poucos recursos como é Santa Maria, que, em grande parte, vive à volta daquele aeroporto, e a urgência que há em resolver este verdadeiro atentado ambiental, que é a situação actual que todos conhecemos, pergunto quais são as futuras intenções do Governo para o local, uma vez executado o plano de requalificação ambiental. O que é o Governo pretende fazer? Intervém, faz as obras e vem-se embora? Ou intervém, faz as obras e apresenta projectos de desenvolvimento futuro em colaboração com o Governo Regional ou com outra entidade, por exemplo a autarquia?

**O Sr. Presidente:** — Também para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Judite Jorge.

**A Sr.<sup>a</sup> Judite Jorge (PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, é, na verdade, desolador e intolerável o estado dos terrenos anexos ao aeroporto de Santa Maria. São terrenos transformados em lixeiras por gente sem escrúpulos e sem rosto, lixeiras que se estendem, como sabe, por vários quilómetros quadrados. Resolver esta situação é urgente, pois o que está aqui em causa é o direito dos cidadãos ao ambiente e à qualidade de vida, um direito fundamental, que, como todos sabemos, está consagrado na Constituição.

Exactamente porque se trata de um direito fundamental, pensamos que devem ser mobilizados todos os poderes de Estado e saúdo a disponibilidade do Governo para colaborar nesta solução. No entanto, há uma distribuição de tarefas que aproxima mais uns órgãos do Estado do que outros e por isso pensamos que, nesta matéria, não pode ser subavaliado o papel da Câmara Municipal de Vila do Porto.

O que determina as competências das autarquias são as matérias do seu interesse próprio, matérias que, surgindo do quadro de proximidade, podem e devem ser geridas pelas autarquias com responsabilidade própria. Ora, esta



questão diz respeito a matéria que é do especialíssimo interesse da Câmara Municipal de Vila do Porto e que exige a actuação da mesma, que, de resto, sabemos que está a ser praticada.

Gostaria de perguntar ao Sr. Secretário de Estado se não considera que o melhor êxito da resposta a este problema, sendo certo que exige uma coordenação de políticas, convoca a especial responsabilidade da Câmara Municipal de Vila do Porto.

**O Sr. Presidente:** — Ainda para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

**O Sr. António Filipe (PCP):** — Sr. Presidente, gostaria mais propriamente de registar o compromisso aqui assumido pelo Sr. Secretário de Estado e de formular votos para que não se perca mais tempo e para que, reconhecido por todos que há um problema nas imediações do aeroporto de Santa Maria que é preciso resolver com toda a urgência, se avance rapidamente por forma a colmatar uma situação que há muito se vem a arrastar.

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado.

**O Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, de facto, esta é uma questão que se arrasta há muito tempo, como acabou de referir o Sr. Deputado António Filipe. É que, como disse o Sr. Deputado Luiz Fagundes, este protocolo de cooperação com vista à requalificação foi assinado em 2001 e estamos em 2003. O protocolo determinava exactamente que competia ao Governo Regional desenvolver os passos necessários para que a empreitada da requalificação se realizasse, e à NAV e à ANA competia, como já referi, apenas a comparticipação nesses custos de requalificação. Portanto, se existe algum atraso nessa matéria, ele deve ser assacado às entidades regionais, na medida em que demoraram quase dois anos para levar a efeito a adjudicação da empreitada, na sequência do protocolo.

Naturalmente, como já referi, o compromisso da ANA e da NAV é para cumprir e é também o projecto desenvolvido no âmbito deste protocolo de cooperação que vai determinar qual o destino e a função que vai ser atribuída a esses edifícios anexos. Portanto, o que ficar definido no âmbito desse protocolo relativamente a estas matérias também será respeitado pela ANA.

Quero ainda adiantar que a ANA não deixou de investir na manutenção e na recuperação, na beneficiação de edifícios e na aquisição de equipamentos no aeroporto, tendo sido investidos 3,687 milhões de euros nos últimos quatro anos, o que é demonstrativo de que não houve, de forma alguma, abandono relativamente a estas questões.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Judite Jorge direi que se trata, de facto, de uma responsabilidade partilhada, pois o protocolo envolve, como já referi, o Governo Regional e a Câmara Municipal. O papel das entidades tuteladas pelo Governo central é apenas o de assumir os compromissos no âmbito da comparticipação das obras, na medida em que não nos cabe a função de desenvolver a empreitada em si, como ficou determinado. Penso que faz mais sentido que isso seja feito pelo Governo Regional e pela Câmara Municipal.

Relativamente à futura manutenção, esta questão deve ser enquadrada no âmbito desse protocolo.

**O Sr. Presidente:** — A pergunta seguinte, que diz respeito ao avanço do projecto de construção do nó rodoviário da Quinta do Conde, na intersecção da EN 10 com o IC 13, também dirigida ao Sr. Secretário das Obras Públicas, é formulada pelo Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

**O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS):** — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, o nó rodoviário da Quinta do Conde era um ponto negro de acidentes até ter sido construída a actual rotunda, que resolveu alguns problemas de segurança, mas aumentou os problemas de circulação.

O que veio tornar aguda a necessidade desta obra foi a conclusão do IC 13, que, no seu estado actual, como sabe, liga os concelhos de Alcochete, Montijo, Moita, Palmela e Barreiro à ponte Vasco da Gama e ao baixo Ribatejo com a EN 10, que liga Setúbal a vastas zonas do concelho de Seixal e de Sesimbra.

Portanto, criou-se um problema muito grave de circulação e de engarrafamento, com consequências graves para a comodidade dos cidadãos e para o interesse das actividades económicas.

Tive a honra de, com outros Colegas Deputados, inscrever em PIDDAC esta obra, quando estava em fase de estudo, o que foi aceite por unanimidade por esta Câmara e pelo Governo, era o Dr. Jorge Coelho ministro.

A situação agudizou-se com o facto de a freguesia da Quinta do Conde, que está próxima da obra, ter crescido 106% entre os dois censos (tendo sido a freguesia que mais cresceu no país) e a actividade económica e as zonas de residência dos cidadãos terem crescido bastante.

Portanto, a obra tem estado inscrita no PIDDAC e foi avançando lentamente com estudos feitos pela Câmara e pelos serviços. Como sabem, foram colocados vários problemas de carácter ambiental e no sentido de saber qual seria a solução exacta. Tanto quanto sei, o processo está bastante avançado, estando a Câmara em condições de, a breve prazo, pronunciar-se sobre uma das duas opções que terão sido levantadas pelos serviços que dependem de V. Ex.<sup>a</sup>

Julgo — mas gostaria que confirmasse esta informação — que estará em curso um estudo de ruído, que terá sido encomendado, para ver, em função da solução que venha a ser escolhida, qual o impacte em termos ambientais e em termos de ruído.

Portanto, gostaria, em primeiro lugar, que confirmasse se o estudo de ruído está em curso ou se terá sido encomendado por parte do Ministério.

Em segundo lugar, pergunto se o Sr. Secretário de Estado tem assegurado um mínimo de verbas para que o processo progrida, depois de um entendimento que parece vislumbrar-se, a muito breve prazo, entre a câmara municipal e o Governo no sentido da resolução deste assunto.

Esta questão de certa maneira é agravada, embora por outro lado pudesse facilitar alguma coisa, pela importância da nova estação Coima/Quinta do Conde.

Esta é uma questão extremamente importante não só em termos locais como regionais, dizendo respeito a quase todos os concelhos da península de Setúbal, à sua ligação a Lisboa, através da ponte Vasco da Gama, sendo, de facto, um ponto negro complicado que urge resolver. Julgo que a questão estará bem encaminhada, mas gostaria de ter a confirmação de V. Ex.<sup>a</sup>

É, de facto, uma zona estratégica, de importância nevrálgica, pelo que chamo a atenção de V. Ex.<sup>a</sup>, que certamente estará sensibilizado para tal, no sentido de me dar mais alguns elementos, nomeadamente de como vê o progresso desse projecto e se estão asseguradas verbas para a sua continuação.

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas.

**O Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas:** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira, de facto, este é um dos nós «negros» da nossa rede rodoviária.

Posso confirmar que o estudo de viabilidade está concluído, há duas soluções e estamos a aguardar que a Câmara Municipal de Sesimbra, que detém os estudos das duas soluções desde 3 de Abril, se pronuncie sobre a solução que quer adoptar.

Estão em causa duas soluções, uma em viaduto e outra em trincheira, que, naturalmente, têm estimativas diferentes. Posso dizer-lhe que a solução em viaduto aponta para uma estimativa de 2,85 milhões de euros e a solução em trincheira para uma estimativa da ordem dos 3,3 milhões de euros.

De acordo com a Lei n.º 261/2002, a Câmara tem 30 dias para se pronunciar e, caso não o faça, o processo poderá prosseguir. Contudo, percebi da intervenção do Sr. Deputado que a Câmara Municipal irá pronunciar-se a breve prazo, pelo que aguardaremos mais alguns dias por essa decisão, sendo que, na falta da mesma, avançaremos nos termos em que a legislação determina.

Relativamente à questão do ruído, só a partir da escolha de uma destas duas soluções é que será possível desenvolver estudos mais avançados.

Houve um estudo feito inicialmente, no âmbito do estudo prévio, mas é necessário perceber agora qual das soluções vai ser adoptada, para que possam também ser definidas as medidas minimizadoras de algum impacto em termos de ruído que seja necessário controlar, o que sucederá na fase de projecto de base e de projecto de execução.

Prevê-se assim que, após a decisão, sejam necessários 60 dias para concluir o projecto de base e mais 60 dias para concluir o projecto de execução. Tudo isto para chegar à conclusão que até final deste ano o projecto estará seguramente aprovado e concluído, porque estamos em condições de lançar a respectiva empreitada — se for necessário lançá-la ainda este ano, desde que esteja concluído o projecto, será lançada de imediato.

Cumpra ainda referir que, apesar de não haver em PIDDAC uma inscrição individualizada para esta intervenção, é possível fazer uma desagregação de verbas a partir do projecto, no programa de conservação, segurança e requalificação, na medida em que estamos no âmbito de uma intervenção que visa melhorar a segurança dos utentes e das populações em geral, e eliminar este ponto «negro» da nossa rede rodoviária.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira.

**O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS):** — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, agradeço o seu esclarecimento, que é importante.

De facto, este projecto arrasta-se há algum tempo. Já para a construção da própria rotunda, que resolveu os problemas de segurança da zona, tive oportunidade de falar com o Prof. Cavaco Silva para ajudar a «desembrulhar» o que se passava entre a Câmara Municipal, que então era de outra orientação política, e o Gabinete do Primeiro-Ministro, e houve um avanço, mas, como sabemos, hoje os problemas são novos. E estou de acordo com a análise do Sr. Secretário de Estado.

Pela informação que tenho — e, obviamente, informei o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra e o respectivo vereador de que iria colocar aqui estas questões, depois de ter a certeza de que era uma das que o Governo tinha escolhido para responder —, julgo que dentro de dias a Câmara Municipal irá tomar uma posição sobre esta questão e, nessa altura, o Governo e os serviços estarão em condições de prosseguir com os projectos de base e de execução.

Congratulo-me, portanto, com as condições que poderão haver para lançar esta obra no final deste ano, ou no princípio do próximo ano, e não fiquei demasiado preocupado, porque há anos em que o projecto está individualizado e outros em que assim não acontece.

Ora, com a garantia que hoje nos é dada pelo Sr. Secretário de Estado de que, avançando tudo como está previsto e mesmo que Câmara Municipal se atrase, o que não creio que seja possível, faria uma desagregação da verba do programa segurança e conservação, estou convencido de que há condições para se avançar na resolução deste problema e de que as verbas também não serão um problema, uma vez que não são tão elevadas, comparativamente com outras obras, além de que esta é uma situação nevrálgica, é um dos «pontos negros» do distrito e do País, como disse o Sr. Secretário de Estado. Portanto, estou convencido de que o Ministério das Finanças, tendo em conta que já consta do Orçamento deste ano, não levantará qualquer complicação, aquando do Orçamento do Estado para o próximo ano, à execução efectiva desta obra.

Agradeço as suas respostas, Sr. Secretário de Estado, e congratulo-me com o avanço em que se encontra este processo, que já tem alguns anos de estudo e de análise.

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rodrigues.

**O Sr. Luís Rodrigues (PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, como já aqui foi referido, a freguesia da Quinta do Conde, onde se situa este nó, cresceu 106% e sofreu todos os problemas como consequência desse crescimento.

Gostaria, no entanto, de fazer uma correcção ao teor da pergunta e ao que disse o Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira: o nó não é com o IC13 mas, sim, com o IC32. Isto tem a ver com o Plano Rodoviário Nacional de 2000, aprovado ainda pelos anteriores governos. Portanto, é apenas uma ligeira correcção, porque o IC13 é noutro local e não ali. Ali é o IC32.

**O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS):** — Não é!

**O Orador:** — No entanto, aquela situação cria, de facto, um grande obstáculo e, com um pequeno investimento — pequeno a nível nacional —, toda aquela população, cidadãos e empresas, pode ver resolvidos aqueles problemas.



Fico satisfeito por saber, através das palavras do Sr. Secretário de Estado, que é uma das prioridades do Governo para o distrito, em termos deste tipo de obras, avançar rapidamente com este processo. Lamento, no entanto, que a Câmara Municipal, e, neste caso, os seus membros do Partido Socialista, ainda não tenha sequer colocado este processo à discussão. E, se calhar, o parecer que irá surgir no IEP e na Secretaria de Estado é pouco estudado, porque é só do Partido Socialista e não de toda a Câmara Municipal! O prazo já está a chegar ao fim e, portanto, faltam poucos dias para que todos possam pronunciar-se sobre esta matéria.

De facto, Sr. Secretário de Estado, a Quinta do Conde não está a ser bem tratada pela Câmara Municipal, porque esta também se comprometeu a disponibilizar aí um terreno para a construção do centro de saúde, a que o Governo se comprometeu, e, até agora, nada.

Sr. Secretário de Estado, apenas quero pedir-lhe que nos pormenorize, se possível, as maiores diferenças entre as duas alternativas propostas para a resolução deste problema.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Sr. Presidente: —** Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

**O Sr. Bruno Dias (PCP): —** Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, a oportuna correcção feita agora pelo Deputado Luís Rodrigues, quanto à nomenclatura do itinerário complementar, dizendo que não é o IC13 mas o IC32, dá-nos oportunidade de suscitar uma questão fundamental no que diz respeito às acessibilidades não apenas daquela freguesia mas também enquanto rede estrutural de acessibilidades para toda a Península de Setúbal. É lamentável que o IC32, enquanto circular regional interior da Península de Setúbal (uma espécie de espelho da CRIL), que há anos tem vindo a ser prometida e há anos que está por fazer, tenha sido retirado, em praticamente toda a sua extensão, do PIDDAC para este ano, apesar das propostas apresentadas pelo PCP, tendo apenas ficado a zona que já se encontra feita e os 2 km perto da Trafaria. Logo, também por aqui, a Quinta do Conde e toda a Península de Setúbal estão prejudicadas em termos de acessibilidades.

Sabemos que o IEP já entregou o estudo prévio e que há duas alternativas; agora, o Sr. Secretário de Estado dir-nos-á qual é a solução, tendo em conta as diferenças fundamentais das alternativas em presença, a solução viaduto e a solução túnel.

O Sr. Secretário de Estado referiu as estimativas apresentadas pelo IEP quanto a preços, mas, pelo que julgo saber, a alternativa viaduto não tem em conta as estimativas relativamente a medidas mitigadoras de acção e impacto ambiental no que diz respeito, nomeadamente, ao ruído. Gostaria que confirmasse esta informação, porque, se as medidas a serem tomadas, relativamente ao ruído, encarecerem esta alternativa, acabamos por ficar com duas hipóteses semelhantes em termos de custos, o que permitiria aquilo que, à partida e aparentemente, pode ser mais viável e apetecível do ponto de vista paisagístico, que é a solução túnel.

Portanto, o importante é que rapidamente se avance para o estudo e para o projecto de execução, por forma a lançar-se a construção já no próximo ano, pois é fundamental

para resolver o drama das pessoas que saem da auto-estrada e que ficam mais de uma hora a marcar passo para chegar àquela zona e àquela região.

**Vozes do PCP: — Muito bem!**

**O Sr. Presidente: —** Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas.

**O Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas: —** Sr. Presidente, Srs. Deputados Luís Rodrigues e Bruno Dias, as diferenças entre as duas alternativas dizem respeito à concepção. De facto, num caso estamos a falar de uma solução em viaduto tradicional, aéreo, que permite a interligação através de uma estrutura desse tipo, e no outro caso estamos a falar do enterramento de uma parte substancial desta ligação.

Em termos de custos, como já aqui referi, a diferença são cerca de 450 000 euros, sendo mais cara a solução trincheira, e estes custos incluem já algo relativamente às medidas minimizadoras de ruído. Não incluem na sua totalidade, porque, como referi há pouco, só depois de definida a solução é que se avança para o projecto de execução, e é em sede do projecto de execução que se complementam as medidas mitigadoras necessárias em termos de impacto ambiental.

De qualquer forma, quando se faz uma estimativa desta natureza tem-se, naturalmente, em conta a experiência nesta matéria, e o IEP já incluiu nessa estimativa uma previsão para a necessidade de algumas medidas minimizadoras de impactos ambientais. Portanto, estamos tranquilos relativamente a esta diferença.

O IEP, propositadamente, não quis optar por nenhuma das soluções previstas, deixando à Câmara Municipal a opção, por forma a que, do ponto de vista local, urbanístico e de inserção na malha urbana, a Câmara Municipal possa definir e decidir tranquilamente, sem estar pressionada pelo IEP relativamente à solução.

Por conseguinte, estamos, nesta fase, a aguardar que a Câmara Municipal nos informe da solução escolhida, sendo que, como já referi, o IEP avançará no caso de a Câmara Municipal demorar a dar a resposta, mas, pelas notícias que o Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira aqui nos deu, é previsível que a resposta venha rapidamente.

De facto, em termos viários, este é um nó importante na rede nacional, é um «ponto negro», e o Governo está preocupado com os «pontos negros», estando, inclusive, a preparar um plano nacional de eliminação desses «pontos negros» da nossa rede rodoviária, atendendo à frequência com que determinados acidentes se vêm a verificar em alguns pontos da rede rodoviária.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Sr. Presidente: —** Srs. Deputados, não havendo mais inscrições, passamos à próxima pergunta, sobre o IC16 e o IC30, que será formulada pelo Sr. Deputado Paulo Veiga e respondida pelo Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas.

Assim, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Veiga.

**O Sr. Paulo Veiga (CDS-PP): —** Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, Sintra é o segundo maior concelho do País, com 400 000 habitantes e 320 km<sup>2</sup>, o que é equivalente aos concelhos de Lisboa, Oeiras,

Cascais e Amadora, e tem características muito próprias de fluxos migratórios e pendulares de trânsito entre Sintra e a capital.

Diversos estudos indicam um crescimento desproporcionado e desordenado ao longo dos últimos anos, levando a que uma das principais preocupações e carências do concelho sejam precisamente as acessibilidades que suportam os já referidos fluxos migratórios e pendulares.

A mobilidade é um valor fundamental na sociedade de hoje pelo facto de ser indissociável de outro valor igualmente essencial: o tempo. Perdendo-se o valor do tempo, perde-se, necessariamente, qualidade de vida e tempo para a família. Sem tempo para a família, perde-se igualmente tempo para a sociologia, integração dos mecanismos fundamentais da reprodução social, gerando disfuncionalidades que gerarão custos e uma insatisfação global.

Claramente, esta foi uma opção que o último governo socialista não tomou. Os últimos anos chegam, inclusivamente, a registar um desinvestimento.

Felicitó V. Ex.<sup>a</sup>, e o Governo que representa, por, finalmente, depois de tantas promessas, ter começado as obras do alargamento no IC19.

O Sr. Diogo Feio (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Como município de Sintra, sinto-me honrado por pertencer ao partido que apoia o Governo e a esta nova maioria.

Contudo, isto não é suficiente para resolver o problema das acessibilidades e da facilidade de circulação entre a capital e o concelho.

Neste sentido, gostaria de questionar V. Ex.<sup>a</sup> sobre o estado dos concursos que permitirão a construção das infra-estruturas rodoviárias, vitais e essenciais para o concelho, como os IC16 e IC30.

Em suma, quando é que os municípios de Sintra verão o início dos trabalhos e quando estima que os mesmos estarão concluídos.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas.

O Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Veiga, de facto, é sabido que o Decreto-Lei n.º 85/2003, de 24 de Abril, procedeu a uma redefinição dos lanços que integram a concessão e que anteriormente eram designados por IC16 e IC30.

Estamos agora a desenvolver os estudos necessários àquilo a que se vai designar por concessão Grande Lisboa, e é nesta concessão que estão incluídos estes dois lanços: IC16 e IC30. Esta alteração visa alcançar uma melhoria do nível de serviço das auto-estradas não concessionadas e que são contíguas às futuras auto-estradas correspondentes aos IC16 e IC30 e permitir encerrar — por isso é que é chamada concessão Grande Lisboa — a malha viária de alta capacidade em toda a Área Metropolitana de Lisboa.

Neste momento, o IEP está a desenvolver os procedimentos finais necessários ao lançamento do novo concurso público internacional para a concessão, nomeadamente a montagem e a elaboração do programa de concurso e do caderno de encargos, aguardando-se um conjunto de da-

dos mais concretos relativamente a toda esta rede envolvida, por forma a que o concurso possa ser lançado a curto prazo. Estou até convencido de que é possível, ainda no Verão deste ano, ou seja no 3.º trimestre deste ano, lançar este concurso público internacional, o que, naturalmente, vai permitir que, depois, sejam dados os passos necessários para que a conclusão da sua construção venha a ser uma realidade dentro de poucos anos.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Veiga.

O Sr. Paulo Veiga (CDS-PP): — Sr. Presidente, quero apenas agradecer ao Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas a amabilidade da sua resposta e dizer-lhe que ficamos esperançados em termos, a breve prazo, o IC16, satisfazendo, assim, os anseios dos munícipes de Sintra.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Edite Estrela.

A Sr.<sup>a</sup> Edite Estrela (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, compreendo que o Governo tenha necessidade de mostrar serviço, compreendo que o Sr. Deputado Paulo Veiga tenha estado disponível para fazer esse jeito, compreendo, ainda, que o Governo esteja mais preocupado em publicitar do que em fazer,...

O Sr. Jorge Nuno Sá (PSD): — Olha quem fala!

A Oradora: — ... mas, Sr. Secretário de Estado, o que nos acaba de dizer é «nada». Ou seja, vem dizer que o IEP está a desenvolver os estudos necessários à construção/concessão do IC16 e do IC30. Esses estudos já estavam feitos, Sr. Secretário de Estado.

Como sabe, o que este Governo fez em relação ao IC16 e ao IC30...

O Sr. Jorge Nuno Sá (PSD): — Não sei por que é que vocês perderam as eleições!?

A Oradora: — Ó Sr. Deputado, está muito preocupado! Acalme-se! Acalme-se, porque isto é um assunto muito importante para a Área Metropolitana de Lisboa.

Dizia eu, Sr. Secretário de Estado, que o que o Governo fez em relação ao IC16 e ao IC30 foi anular o concurso, que já estava em fase de negociação com os dois concorrentes seleccionados, e, não contente com isso, anunciar que seria lançado um novo concurso em Janeiro deste ano. Ora, o Sr. Secretário de Estado vem agora dizer-nos que é lá para o Verão que é lançado o concurso — passa do Inverno para o Verão — e que só dentro de alguns anos é que a construção será concluída.

Sr. Secretário de Estado, a pergunta que lhe deixo e que gostaria de ver respondida é esta: quando é que vai iniciar a obra de construção do IC16 e do IC30 e para quando é que o Governo prevê a sua conclusão?

Por outro lado, o Governo, contrariando tudo aquilo que prometeu aos portugueses, não só introduziu portagens na CREL, para sobrecarregar o IC19, mas também introduziu portagens no IC30, as quais não estavam nem nunca esti-

veram previstas, apenas estavam previstas as portagens para o IC16.

**O Sr. Presidente:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada, peço-lhe que conclua, pois o seu tempo já terminou.

**A Oradora:** — Termino, Sr. Presidente, dizendo ao Sr. Deputado Paulo Veiga que o concurso de alargamento do IC19 foi lançado pelo anterior governo, estando o actual Governo a tentar apropriar-se desse mérito, que, no entanto, não é obra sua.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Jorge Nuno Sá (PSD):** — Com tanta coisa, não sei por que é que perderam as eleições!

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Pedro Moutinho.

**O Sr. Fernando Pedro Moutinho (PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, de facto, a pergunta colocada pelo Sr. Deputado Paulo Veiga é pertinente, porque permite não só recordar à Assembleia o que se tem passado em relação a este processo mas também ao Sr. Secretário de Estado dar-nos informação mais precisa sobre aquilo que nos traz aqui para esta discussão.

Pergunto-lhe, Sr. Secretário de Estado: é ou não verdade que o anterior concurso, agora referido, do IC16 e do IC30 estava agregado à conclusão da CRIL? É ou não verdade que este processo era inviável tal como estava pensado, exactamente pelo conjunto de problemas que estavam associados à conclusão da CRIL, que ainda recentemente vieram a público na comunicação social?

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — É ou não verdade que, para se resolverem estes problemas, tivemos de desdobrar o anterior concurso e encontrar, inclusive, uma solução de gestão e manutenção de toda a rede rodoviária da região de Lisboa? É ou não verdade também que a hoje Deputada Edite Estrela perdeu as eleições depois de ter prometido tantas obras para o concelho de Sintra, que ainda estamos a tentar resolver?

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

**O Sr. António Filipe (PCP):** — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, pelo que V. Ex.<sup>a</sup> disse, ficámos todos a perceber que, nos próximos anos, não iremos ter nem o que falta do IC16 nem o IC30. Isto é óbvio.

*Protestos do PSD.*

E, portanto, não foi apenas o governo anterior que não cumpriu promessas, este Governo também já não está a cumprir promessas que fez quando iniciou funções...

**O Sr. José Junqueiro (PS):** — Essa é a primeira conclusão!

**O Orador:** — ... porque, de acordo com elas, nesta altura já os concursos deveriam estar lançados. Ora, os concursos não estão lançados, nem sequer sabemos quando é que irão ser lançados, porque o Sr. Secretário de Estado diz: «Bem, lá para o Verão talvez os concursos estejam lançados»...

**Vozes do PCP:** — Qual Verão? Nem ele sabe!

**O Orador:** — Exactamente! Nem V. Ex.<sup>a</sup> sabe exactamente a que Verão se refere.

Portanto, já sabemos que vamos ter IC16 e IC30, não sabemos é quando.

*Risos do PCP.*

No entanto, as portagens na CREL já estão a ser pagas desde 1 de Janeiro de 2003,...

**Vozes do PCP:** — Essa é que é a verdade!

**O Orador:** — ... embora o Tribunal de Contas, numa auditoria, tenha concluído que a Brisa está a viver, em larga medida, à conta dos contribuintes portugueses. Apesar disso, o Governo continua a impor novas portagens, assumindo agora que, quando for completado o IC16 e construído o IC30, estes itinerários irão ser sujeitos a portagens, o que cria uma vida absolutamente insuportável às pessoas que vivem naquela zona, porque já pagam portagens na CREL e na A5 e irão pagar no IC16 e no IC30.

Nestas circunstâncias, qualquer cidadão que viva nos concelhos de Sintra ou de Oeiras e utilize o seu carro nas suas deslocações diárias é como se tivesse um taxímetro no carro, porque em qualquer via que entrem estão a pagar portagens. Portanto, é uma situação absolutamente insuportável para as pessoas que, diariamente, para fazerem a sua vida, têm de se deslocar da sua residência para o trabalho na cidade de Lisboa e de regressar a casa.

Hoje, a situação dos utentes da CREL já é extraordinariamente penosa, mas, quando estas vias estiverem feitas, vias que eram apresentadas como as tais alternativas à CREL, as pessoas, que agora já sabem que vão ter de esperar largos anos por elas, vão ter de pagar portagens, como se costuma dizer, com «língua de palmo».

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas.

**O Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, de facto, a palavra «estudos» tem um sentido muito lato. E, portanto, diz-se que há estudos fazendo crer que os que existem são suficientes para avançar com uma obra. Este foi o erro que, de facto, se cometeu no passado sucessivas vezes e que levou a que...

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Agora, que se estão a fazer projectos, a definir a geometria dos traçados, agora que se concluem os projectos de execução, é que se pode, de facto, avaliar qual é o período de execução das obras e o reequilíbrio

financeiro que isso vai obrigar nos contratos de concessão entretanto adjudicados.

A Sr.<sup>a</sup> Edite Estrela (PS): — O que é que falta, Sr. Secretário de Estado?

O Orador: — Chamam-se «estudos» ao facto de se ter traçado numa planta, ou num mapa, a ligação entre dois pontos. Mas, para fazer uma obra, não basta dizer que a obra começa aqui e termina acolá, é preciso desenvolver projectos.

*Protestos da Deputada do PS Edite Estrela.*

O que está em causa aqui é um concurso de concepção, construção, exploração e manutenção de um conjunto enorme de estradas, que é designado por concessão Grande Lisboa, de uma forma articulada. Era esta a filosofia que estava traçada.

Se o governo anterior tinha referido que se tratava de um concurso de concepção/construção é porque, de facto, os estudos não estavam feitos, porque senão o concurso não era de concepção mas de construção.

Portanto, estamos exactamente na fase em que estávamos, que é a de redefinir o objectivo desta concessão e lançar o concurso de concepção, construção e exploração desta rede viária. E, como eu aqui disse, o concurso vai ser lançado, o IEP tem-no em fase de conclusão, depois de ter rearticulado esta malha, lá para o Verão, e eu referi-me ao Verão de 2003. O Verão é uma estação do ano, cujo início e término está perfeitamente determinada, não é uma coisa subjectiva.

*Protestos da Deputada do PS Edite Estrela.*

Está perfeitamente determinado no tempo quando é que a estação começa e termina.

A Sr.<sup>a</sup> Edite Estrela (PS): — Então, diga quando é que é!

O Orador: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, nós sabemos exactamente qual é a data limite para desenvolver esta obra. Portanto, creia naquilo que lhe estou a dizer, ou seja, que, durante o Verão, esta obra vai ser lançada. Só depois de termos as propostas e de fazermos a avaliação dos estudos de impacto ambiental necessários ao estudo prévio é que estamos em condições de definir quando é que a obra se inicia e quando é que a obra termina.

A Sr.<sup>a</sup> Edite Estrela (PS): — A sua equipa anunciou que seria em Janeiro!

O Orador: — Não vale a pena estar aqui a adiantar datas sem concluir este procedimento. Nós não utilizamos os mesmos métodos que o governo anterior. Quando eu aqui anunciar uma data relativamente a esta matéria, creia, Sr.<sup>a</sup> Deputada, que ela é efectivamente para cumprir.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

A Sr.<sup>a</sup> Edite Estrela (PS): — Cá estaremos para ver!

O Orador: — Portanto, vamos ter o concurso no Verão e vamos ter o mais rapidamente possível a análise dos

propostas apresentadas a concurso, por forma a que este contrato de concessão seja assinado a muito breve prazo. É, de facto, uma prioridade do Governo resolver definitivamente toda a malha viária desta área do País, que é a Área Metropolitana de Lisboa.

**Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!**

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, para formular a pergunta sobre o Euro Sub-17 — Viseu, que vai ser respondida pelo Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Alves.

O Sr. Pedro Alves (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos, estando a chegar ao fim a realização da fase final do Campeonato Europeu de Futebol de Sub-17 nas regiões de Viseu e Vila Real, na qual os jovens portugueses, uma vez mais, alcançaram uma presença honrosa na final, é importante valorizar as excelentes condições encontradas no interior para a realização de um evento desportivo de índole internacional, contrariando as opções do passado para a construção dos estádios para o EURO 2004.

Nos últimos anos, as participações portuguesas nas competições internacionais têm vindo a registar vitórias e classificações meritórias, que há duas décadas atrás não eram sequer imagináveis.

Porém, se o aumento qualitativo das nossas participações são uma realidade, estranho é que o aumento quantitativo de participantes não tenha acompanhado esta evolução. Este desenvolvimento é, sobretudo, fruto da abertura de Portugal ao mundo, tendo em vista a modernização e o aumento da qualificação dos nossos técnicos desportivos promovida pelas universidades, que, aliadas a condições de trabalho e preparação desportiva frágeis, nos coloca perante uma realidade desportiva a dois tempos. Ou seja, os sinais de modernidade e de desenvolvimento co-existem com situações de claro subdesenvolvimento.

É importante, por isso, que se defina o que é prioritário em matéria de política desportiva e não se perca mais tempo com atrasos que nos comprometem.

Estando este modelo de desenvolvimento desportivo esgotado e com a apresentação das grandes opções estratégicas para o desenvolvimento desportivo nacional por parte do Governo, importa saber de que forma será uma vez mais considerada a prática desportiva para o interior e qual a responsabilidade assumida pelo Governo numa estratégia concertada com todos os agentes promotores do desporto.

A aposta do futuro tem, obrigatoriamente, de passar por uma política de promoção e desenvolvimento desportivo que assente numa diversificação e melhoramento das condições ao nível das infra-estruturas e da formação. Apos-tar em criar uma cultura desportiva diferente da que, há muito, caducou é estar atento aos novos fenómenos de desenvolvimento social e não permitir apenas às pessoas dos grandes centros que tenham acesso generalizado às condições ideais para a prática desportiva.

Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, agora importa saber se o Governo irá ou não apoiar as autarquias que procederam a obras de remodelação dos estádios que acolheram o Europeu de Sub-17, em função das normas e exigências da UEFA, em conformidade com o anteriormente assumido com as autarquias e em paridade com os apoios concedidos a clubes e autarquias que desenvolvem pro-

jectos para a construção e remodelação dos estádios tendo em visto o EURO 2004.

Dando continuidade à implementação do programa estratégico para o desenvolvimento desportivo nacional, para quando é que os viseenses poderão verdadeiramente ser detentores de um conjunto de infra-estruturas modernas e ao nível das exigências e dos desafios das novas gerações no que respeita à remodelação de todo o complexo desportivo do parque do Fontelo?

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Sr. Presidente: —** Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos.

**O Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos (Hermínio Loureiro): —** Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Alves, muito obrigado pela questão que me colocou.

Antes de mais, quero aproveitar esta oportunidade para felicitar a nossa Selecção de Sub-17, que tem tido um comportamento extraordinário, e espero que amanhã, frente aos nossos vizinhos espanhóis, consigamos sagrar-nos campeões europeus. Portanto, a minha primeira palavra vai para os nossos jovens jogadores, que têm tido um comportamento excepcional.

Não posso deixar também de fazer uma referência à forma como tem sido organizado este Campeonato Europeu de Futebol de Sub-17. A própria UEFA tem emitido opiniões muito favoráveis quanto à forma como, do ponto de vista organizativo, está a decorrer este campeonato europeu de futebol.

Portanto, quero deixar também uma palavra de apreço à Federação Portuguesa de Futebol, à Associação de Futebol de Viseu e à Associação de Futebol de Vila Real, sem esquecer, porque têm tido neste processo um papel determinante, as câmaras municipais. O poder local, os municípios directamente envolvidos merecem também aqui um agradecimento profundo e sincero, desde Santa Marta de Penaguião, a Chaves, Vila Real, Nelas, Santa Comba Dão, Mangualde e, obviamente, Viseu.

Quero, ainda, fazer uma referência especial à forma como os jovens têm aderido ao Europeu de Sub-17. Aqueles que trabalham directamente, de uma forma voluntária, nas escolas têm dito que estão à espera que se inicie rapidamente o Campeonato Europeu de Futebol de 2004, porque também querem ser voluntários.

Mas, Sr. Deputado Pedro Alves, este evento desportivo vem claramente ao encontro do grande objectivo, do grande desígnio estratégico do XV Governo para a área do desporto, que é o de aumentar o número de praticantes desportivos, o de aumentar a prática desportiva, razão por que também temos de fazer uma grande aposta nos escalões de formação, e, a meu ver, esta é a idade muito própria, muito certa, para que isso aconteça.

Por outro lado, este incremento da prática desportiva tem de ser desenvolvido em perfeita sintonia entre o poder local, o poder central, o movimento associativo e a escola. E penso que a forma como este campeonato europeu tem decorrido é exemplo disso.

O Sr. Deputado questionou-me sobre os apoios, mais exactamente como vamos concretizar os apoios para as obras de remodelação que foram feitas em alguns estádios. Devo dizer-lhe que foi o Estádio do Fontelo aquele que teve maior investimento propriamente dito. Foi neste estádio onde a remodelação foi extensa, passou mesmo pelo

relvado, balneários, bancadas — foi onde houve realmente um investimento muito grande. E, neste caso, tenho de dar os parabéns ao Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Dr. Fernando Ruas, pela forma como ele encarou este evento desportivo.

No entanto, o importante é encontrar condições, porque, infelizmente, temos de corrigir as assimetrias que ainda existem no nosso país do ponto de vista desportivo. Como não queremos um país desportivo a duas velocidades, não queremos um país desportivo do interior e um país desportivo do litoral...

**O Sr. Presidente: —** Sr. Deputado, o tempo de que dispunha esgotou-se. Faça favor de concluir.

**O Orador: —** Termina já, Sr. Presidente.

Estava eu a dizer que, como não queremos um país desportivo a duas velocidades, estamos a tentar encontrar mecanismos que permitam corrigir essas assimetrias e, a seu tempo, anunciaremos a forma como iremos cumprir esse programa de requalificação da zona desportiva do Fontelo.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**O Sr. Presidente: —** Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Alves.

**O Sr. Pedro Alves (PSD): —** Sr. Presidente, em primeiro lugar, agradeço ao Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos a franqueza com que respondeu às minhas questões.

No passado, não obtivemos qualquer tipo de resposta a estas matérias, muito embora tenham existido requerimentos apresentados por alguns Deputados do Partido Socialista aos anteriores ministros desta área e, uma vez que não havia qualquer tipo de estratégia aos objectivos nesta matéria, nada foi feito, pois o que então operava era a inação e a falta dessa mesma visão estratégica. Mas eu não gosto de referir-me ao passado, porque não é bom recordar maus exemplos!...

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador: —** Nós, viseenses, estamos habituados a reconhecer todos aqueles que verdadeiramente trabalham e desenvolvem os maiores esforços para solucionar os problemas das pessoas que vivem em Viseu e, se alguma coisa tem sido feita ao nível do desporto e da requalificação da área envolvente do Fontelo, tudo se deve à autarquia de Viseu. Neste sentido, gostaria de deixar aqui bem claro o meu agradecimento ao executivo camarário.

Por último, porque foi lapso meu, quero associar-me às felicitações enviadas pelo Sr. Secretário de Estado à Selecção de Sub-17, desejando-lhe também as maiores felicidades para amanhã e que, uma vez mais, sejamos campeões europeus.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**O Sr. Presidente: —** Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Ginestal.

**O Sr. Miguel Ginestal (PS): —** Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos, penso que o Sr. Deputado Pedro Alves, do PSD, deve ter sofrido, ago-

ra mesmo, uma enorme desilusão, porque às suas perguntas sobre os apoios concretos para as iniciativas que já decorreram e para as que hão-de decorrer no futuro o Governo respondeu «zero».

**O Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos: —** O anterior não respondia!

**O Orador: —** Em primeiro lugar, Sr. Secretário de Estado, quero dizer-lhe que nos associamos, naturalmente, ao sucesso do Euro 2003 e esperamos também que, amanhã, a Selecção Nacional de Sub-17 possa dar mais uma alegria a todos os portugueses.

O Euro 2003 é um sucesso desportivo e organizativo, mas, como já foi dito, é também a prova de que, no interior, é possível realizar, com enorme sucesso e orgulho para o País, grandes competições internacionais.

Queremos, por isso, também endereçar parabéns a todas as autarquias locais — Chaves, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Viseu, Nelas, Mangualde e Santa Comba Dão — e, porque sou de Viseu, permitam-me que enderece também parabéns muito especiais à Associação de Futebol de Viseu, na pessoa do seu Presidente, Dr. José Alberto Ferreira, assim como às escolas e a muitos jovens. O Euro 2003 é uma grande festa, é uma grande montra do nosso país, do interior e das suas gentes.

Quanto ao protocolo com a Câmara Municipal para a requalificação do parque do Fontelo, a que o Governo respondeu «zero» —...

**O Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos: —** Mas respondeu! Se fosse outro nem respondia!

**O Orador: —** ... e espero que agora, a solicitação do PS, tenha oportunidade de a clarificar definitivamente —, recorro que, como é público, durante anos a câmara municipal teve uma dívida de € 140 000, mas, como já assumiu essa dívida, não há razão para que o Governo não celebre o protocolo com a Câmara Municipal de Viseu, aliás, já anunciado por um responsável de um instituto central, falando em nome do Governo. Mas queremos saber quando vai ser celebrado o protocolo, que obras vão ser realizadas, qual o montante global da intervenção, qual o valor da comparticipação do Governo, qual o calendário para a execução das obras, porque isto é fundamental para que Viseu, no âmbito do EURO 2004, possa constituir-se como um centro de estágio.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente: —** Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos.

**O Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos: —** Sr. Presidente, agradeço as questões colocadas pelos Srs. Deputados Pedro Alves e Miguel Ginestal, que, em minha opinião, se complementam, quanto à congratulação colectiva pelo sucesso da nossa Selecção de Sub-17 e ao desejo de sucesso para amanhã, embora haja depois uma pequena divergência, que urge clarificar.

Os Srs. Deputados Miguel Ginestal e José Junqueiro apresentaram à Assembleia da República, em 7 de Abril de 1999, o requerimento n.º 597/VI. Ontem, pedi a ajuda dos serviços da Assembleia da República, sempre prontos a dar-nos as informações de que precisamos, para fazer uma

pesquisa sobre este requerimento. O requerimento existe, tenho-o aqui comigo, mas o que não apareceu foi a resposta a este requerimento, que deveria ter sido dada pelo Sr. Deputado José Sócrates, que neste momento não se encontra presente na Sala, que na altura era o Ministro.

De qualquer modo, Srs. Deputados Miguel Ginestal e José Junqueiro, à data, os senhores colocaram duas questões e, hoje, o Sr. Deputado Miguel Ginestal coloca cinco.

Mas vou responder às duas que então fez ao Ministro José Sócrates e às outras três que formulou hoje, não deixando, no entanto, de assinalar que o tom reivindicativo, salutar, do Sr. Deputado Miguel Ginestal também aumentou. Deve ter, com certeza, a ver com o passar dos anos!...

Mas sabe por que é que aumentou, Sr. Deputado Miguel Ginestal? É que, nessa altura, estas obras eram necessárias. Sabe qual foi a resposta do Partido Socialista e do governo de então às suas pretensões, legítimas, deixe-me que lhe diga? Olhe, não respondeu ao requerimento e as piscinas e o pavilhão desportivo do Fontelo estão iguais. O Campo 1.º de Maio está melhor, porque o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu investiu, e o estádio do Fontelo está diferente, porque a Câmara Municipal de Viseu fez as obras, Sr. Deputado Miguel Ginestal. Foi exactamente por isso que eu fiz aqui uma referência, mais do que justa, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao poder local de Viseu, que assumiu, com muita responsabilidade, a realização dessas mesmas obras.

Mas também quero dizer-lhe, Sr. Deputado Miguel Ginestal, que o Sr. Deputado Pedro Alves e os Srs. Deputados da maioria não ficaram, com certeza, desiludidos com a minha resposta. Sabe porquê, Sr. Deputado? Porque eles já se habituaram...! O tempo da promessa fácil, a época do prometer tudo a todos já lá vai!

*Protestos de Deputados do PS.*

Srs. Deputados Miguel Ginestal e Pedro Alves, quando este Governo tiver cabimento orçamental, quando souber onde encontrar os recursos financeiros para fazer face às obras...

**O Sr. Miguel Ginestal (PS): —** Zero!

**O Orador: —** «Zero»?! Não é «zero»! Sabe porquê. Sr. Deputado Miguel Ginestal? Porque estamos em condições de, a muito breve tempo, assinar, em Viseu, com a sua presença, com a presença do Sr. Deputado José Junqueiro e dos Deputados do círculo eleitoral, um plano de requalificação da zona desportiva do Fontelo.

**Vozes do PSD: —** Muito bem!

**O Orador: —** Mas esse plano só será assinado. Sr. Deputado Miguel Ginestal, quando tivermos, como disse, a garantia e o enquadramento orçamental e financeiro para fazer face a esse investimento. Porque o tempo de assinar papéis e não fazer as obras já lá vai!

*Protestos de Deputados do PS.*

Sr. Deputado Miguel Ginestal, quando algum membro do Governo estiver em Viseu para assinar o contrato-programa com o Sr. Presidente da Câmara Municipal, o Sr. Deputado e todos os habitantes da cidade e do distrito



de Viseu terão a certeza de que as obras vão ser uma realidade.

**O Sr. Miguel Ginestal (PS):** — É o que esperamos!

**O Orador:** — Sr. Deputado, o que eu esperava da sua parte era que aqui agradecesse o trabalho que está a ser desenvolvido pela Câmara Municipal de Viseu,...

**O Sr. Miguel Ginestal (PS):** — E fi-lo!

**O Orador:** — ... porque o Sr. Deputado vai ao Estádio do Fontelo e tem melhores condições: vê melhor desporto, tem um melhor relvado e senta-se melhor porque tem melhores bancadas. Portanto, o importante era, humildemente, reconhecer o papel do poder local.

Sr. Deputado, posso mostrar-lhe dezenas e dezenas de cartas dirigidas pela Câmara Municipal de Viseu a vários ministros e secretários de Estado, a que a resposta — não a resposta formal mas, sim, a resposta em Viseu — foi zero, porque aquilo está tudo na mesma.

O Sr. Deputado sabe muito bem que a piscina se encontra na mesma situação e precisa de ser requalificada! E a garantia que quero dar-lhe é que quando eu tiver cabimento orçamental para poder anunciar essa requalificação ela será feita e, então, as crianças de Viseu, as escolas, os portadores de deficiência que utilizam aquela piscina poderão, obviamente, ter melhores condições para a prática desportiva, aliás, não só na piscina mas também do pavilhão, que, devido ao avançado estado de degradação, precisa também de uma requalificação imediata.

**O Sr. Miguel Ginestal (PS):** — Estamos de acordo!

**O Orador:** — Portanto, como lhe digo, Sr. Deputado Miguel Ginestal, a grande diferença quanto ao facto de o senhor estar ou não, hoje, de acordo é que uns falam e outros fazem.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, vamos passar à 6.<sup>a</sup> pergunta, que também será respondida pelo Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos.

Para formulá-la, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Amaral Dias.

**A Sr.<sup>a</sup> Joana Amaral Dias (BE):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos: Estaremos todos de acordo que a situação da hepatite vírica, em Portugal, é ainda um problema grave para a saúde pública. A hepatite A tem sido controlada depois da década de 90, tendo tido, ainda nos anos 80, um número negro em toda a Europa Ocidente, que foi, aliás, um triste recorde; a hepatite B apresenta, em Portugal, cerca de 150 000 doentes cronicamente infectados, com cerca de 1500 novos casos por ano; a hepatite C, para a qual, como o Sr. Secretário de Estado saberá, não existe ainda vacina, apresenta 160 000 casos em Portugal, com 1000 a 1500 novos casos registados por ano.

Portanto, a questão da educação para a saúde, nomeadamente a prevenção destas hepatites víricas, reveste-se da maior importância.

Aliás, aproveito a oportunidade para lembrar que, mormente quanto à hepatite C, que é uma epidemia emer-

gente e silenciosa, tendo em conta que não apresenta sintomas nem na fase aguda nem na fase crónica, revela-se ainda um enorme desconhecimento por parte da população portuguesa, sendo que o primeiro inquérito nacional sobre esta questão, realizado em Outubro do ano passado, mostrou um enorme desconhecimento sobre, designadamente, as formas da sua transmissão. Portanto, a educação para a saúde deve, obviamente, revestir-se de uma informação responsável e clara.

Sabemos também que, no que toca a estas doenças, que muitas vezes foram associadas a grupos específicos, o combate à informação falsa, ao preconceito e à discriminação é também da máxima importância, sendo que essa mesma discriminação e exclusão relativamente a estes doentes muitas vezes se constitui como uma forma de «doença» ou como um efeito secundário ou colateral frequentemente tão grave como a própria doença.

Contudo, num encarte que foi distribuído a 10 de Maio com o jornal *Expresso*, que é da responsabilidade da sua Secretaria de Estado, do qual foram feitos 150 000 exemplares, as formas de transmissão são associados grupos específicos de risco. Assim, quanto à hepatite A, diz-se: «Sabias que os grupos de risco para esta doença são os familiares dos doentes, os homossexuais e os alunos das escolas onde ocorre esta infecção». Em relação à hepatite B, diz-se: «Sabias que os grupos de maior risco para a hepatite B são os toxicódependentos de drogas intravenosas, os indivíduos que fazem sexo não protegido quando têm múltiplos parceiros ou parceiras com outras doenças sexualmente transmissíveis, como sífilis, gonorreia, herpes, etc.». E, para a hepatite C, diz-se que os grupos de risco são «os toxicódependentos de drogas intravenosas, as pessoas que partilham objectos cortantes infectados, etc.».

Para além disto, o Sr. Secretário de Estado sabe, com certeza, como se têm debatido, especialmente ao longo desta última década, quer associações do Estado quer organizações não governamentais justamente contra o discurso dos grupos de risco, falando (o que é importantíssimo), isso sim, de comportamentos de risco.

**O Sr. Presidente:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada, o seu tempo esgotou-se.

**A Oradora:** — Vou concluir, Sr. Presidente.

Pergunto: como é que é possível que, 10 anos depois, num combate incisivo e da máxima importância, num encarte especialmente destinado a jovens, apareça esta associação com grupos de risco e informação pouco clara no que diz respeito a uma série de outros aspectos, que discutirei numa segunda oportunidade?

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra, para responder, o Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos.

**O Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos:** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Amaral Dias, na sua intervenção refere um prospecto distribuído (usou o termo correcto) pela Secretaria de Estado da Juventude e Desportos.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, todo o conteúdo deste documento é da responsabilidade da Associação Portuguesa para o Estudo do Fígado. Ele resulta de um protocolo entre o Instituto Português da Juventude e a Associação Portuguesa para o Estudo do Fígado, em que a responsabilidade da

APEF é produzir os conteúdos e o IPJ ficou com a responsabilidade logística de o distribuir e organizar sessões nas escolas e nas delegações distritais do Instituto Português da Juventude, que contaram com a participação de mais de 50 médicos e especialistas e de milhares e milhares de jovens. O que está aqui em causa é toda a informação que deve ser dada aos jovens.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Amaral Dias, no início da sua intervenção, colocou aqui a questão principal — penso que nos devemos deter nas questões principais e não nas acessórias — que é, conforme a Sr.<sup>a</sup> Deputada reconhece, o facto de o alcoolismo em Portugal ser o maior responsável pelas cirroses hepáticas. As hepatites B e C também levam à cirrose hepática e ao tumor do fígado. Em Portugal, existem cerca de 120 000 pessoas infectadas com a hepatite B e 150 000 com a hepatite C.

Essa é que deve ser a grande questão e tudo devemos fazer para informar os jovens, para que possam tomar as precauções devidas, e divulgar, como a Sr.<sup>a</sup> Deputada bem sabe e referiu, a existência da vacina para a hepatite A.

Portanto, quero dizer-lhe aqui, com a máxima clareza, que este prospecto resulta de uma parceria entre o IPJ e a APEF, sendo os conteúdos da responsabilidade da APEF e a logística do IPJ. Conforme a Sr.<sup>a</sup> Deputada sabe, as parcerias têm sempre obrigações e deveres para quem as assume.

O Sr. Luís Fazenda (BE): — E o Estado demite-se das suas responsabilidades?

O Orador: — Não, Sr. Deputado Luís Fazenda. Estou aqui a assumir, claramente, que há uma responsabilidade mútua na elaboração e execução deste prospecto, e cada uma das entidades envolvidas nesta parceria tem a sua responsabilidade.

O Sr. Presidente: — Sr. Secretário de Estado, o seu tempo esgotou-se.

O Orador: — Sr. Presidente, com certeza que terei oportunidade de esclarecer melhor a questão, até porque, segundo já percebi, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Amaral Dias quer replicar.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para formular uma pergunta de esclarecimento adicional, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Amaral Dias.

A Sr.<sup>a</sup> Joana Amaral Dias (BE): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos, trata-se aqui de assumir claramente não que existem parcerias — elas existem, certamente —, mas que essas parcerias, como o Sr. Secretário de Estado disse e muito bem, obrigam a responsabilidades mútuas.

Este encarte é da responsabilidade efectiva da sua Secretaria de Estado e do Instituto Português da Juventude, competindo-lhe, com certeza, não só delegar algumas responsabilidades, eventualmente técnicas, na Associação Portuguesa para o Estudo do Fígado, mas também assegurar que estas parcerias sejam funcionais, responsáveis e que as entidades envolvidas assumam na íntegra os seus papéis.

Portanto, muito me espanta, Sr. Secretário de Estado, que venha aqui responder à pergunta «sacudindo a água do capote» e dizendo que a sua Secretaria de Estado não tem qualquer responsabilidade pela veiculação de preconceitos,...

O Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos: — Não foi isso que eu disse!

A Oradora: — ... nomeadamente a veiculação de preconceitos homofóbicos, no que respeita à educação para a saúde sobre as hepatites víricas, que, como estamos de acordo e não vale a pena repisar, é uma questão da máxima importância. Realmente, a situação em Portugal é ainda calamitosa. Agora, uma coisa não invalida nem exclui, nem pode excluir, a outra, de maneira nenhuma. Não se pode fazer informação a qualquer preço nem dizer que já se faz a informação e, portanto, se há algum erro ou equívoco, ele deve ser de minimizar, porque a informação vale por si. Não é bem assim, Sr. Secretário de Estado!

Para além da veiculação deste preconceito homofóbico, há vários aspectos deste encarte que estão pouco claros, deviam estar de outra forma, e o Sr. Secretário de Estado vem aqui apenas delegar as informações na Associação Portuguesa para o Estudo do Fígado. Então, que protocolo é este, de que a sua Secretaria de Estado, pelos vistos, se descarta e se desresponsabiliza completamente?! O que é que dirá a Associação Portuguesa para o Estudo do Fígado do protocolo que tem consigo?

Penso que tinha sido mais digno da sua parte vir hoje aqui assumir que há um erro, que os encartes que estão em circulação deviam ser recolhidos e reformulados e que iriam ser pedidas as responsabilidades devidas, e não, pura e simplesmente, minimizar a situação e fazer aqui um discurso pseudopreventivo das doenças, porque não é com discursos mas com medidas concretas e correctas, do ponto de vista técnico e científico, que se resolve o problema.

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para pedir esclarecimentos adicionais ao Sr. Secretário de Estado, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Luísa Portugal.

A Sr.<sup>a</sup> Luísa Portugal (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos, concordamos todos que a divulgação de material informativo sobre estas áreas, nomeadamente sobre as hepatites víricas, é extremamente importante para todos e principalmente para os jovens. Claro que as parcerias também são importantes.

Contudo, Sr. Secretário de Estado, se este material informativo não for credível, não for sustentado cientificamente, provavelmente não será eficaz e poderá ter, até, de alguma forma, um entendimento perverso e contrário àquilo que se pretende.

Por outro lado, também sabemos que a sexualidade está no dia a dia das nossas relações interpessoais, e também nas viagens, como é evidente. Sr. Secretário de Estado, o que está em causa não são grupos de risco, não são orientações sexuais, mas comportamentos que todos os cidadãos, incluindo os jovens, podem, ou não, cumprir na sua vivência da sexualidade, com o perigo de, não estando protegidos, poder levar à infecção por esta patologia.

Como penso que isto já foi, de alguma forma, referido e já se viu alguma contradição nas respostas que o Sr. Se-

cretário de Estado deu, gostava, para abreviar, de lhe perguntar concretamente em que fase do processo está a linha telefónica sobre a sexualidade do Instituto Português da Juventude, porque temos conhecimento que, essa sim, tem grande impacto junto dos jovens, tem grande acessibilidade e é composta por profissionais credenciados e com formação específica.

Portanto, era sobre esta linha telefónica que gostava que nos esclarecesse aqui hoje.

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos adicionais ao Sr. Secretário de Estado, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Nuno Sá.

**O Sr. Jorge Nuno Sá (PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos, em primeiro lugar, queria saudá-lo vivamente pela iniciativa promovida neste panfleto que aqui foi mencionado hoje e que é objecto de polémica, e pelo esforço que tem sido feito pela Secretaria de Estado da Juventude e Desportos no âmbito da sexualidade juvenil.

Se há uma questão que aqui todos temos de reconhecer hoje é que algum esforço tem sido feito ao longo dos anos (e não excluo o Partido Socialista desta responsabilidade e do mérito), no sentido de tentar levar o máximo de informação possível aos cidadãos.

Com sinceridade, gostava de saber com quem queriam que o Governo se associasse em parceria para falar desta matéria senão com a Associação Portuguesa para o Estudo do Fígado e o Núcleo de Gastrenterologia dos Hospitais Distritais. Fico convencido de que há professores doutores em todas as áreas nesta Assembleia — e ainda bem que há! — que percebem das matérias muito mais que os catedráticos da área.

O que está em causa é a discriminação. Infelizmente, há partidos políticos que assumem constantemente uma postura de provedores das minorias e de grandes respeitadores dos direitos de toda a gente e acusam, atirando para um gueto de discriminação, neste caso, o Governo e a maioria.

**A Sr.ª Joana Amaral Dias (BE):** — Está escrito no prospecto!

**O Orador:** — Vou dar um exemplo muito concreto. «Numa época em que a Sr.ª Ministra das Finanças nos pede para apertarmos o cinto, existe quem o continue a alargar. Por exemplo, veja-se o caso de uma pessoa (cujo nome não vou dizer por respeito) que antes das últimas eleições autárquicas era um simples administrativo do sindicato dos bancários, com vencimento à volta dos 100 000\$, e passado um ano tem um vencimento superior a 500 000\$, um carro novo de serviço e telemóvel pago. Pasmese! Para um ex-toxicodependente em fase de recuperação, penso que a justiça social aqui funcionou. Famílias que atravessassem este flagelo de toxicodependência, a GEBALIS oferece aos mesmos estas regalias sociais.» Sabem de quem é a autoria destas afirmações? Do Bloco de Esquerda, da representante do BE na Junta de Freguesia de Benfica.

Portanto, é preciso ter alguma moral para vir aqui ser provedor das minorias e acusar os outros de discriminação.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Vejam, primeiro, também o vosso comportamento. É que estamos fartos de receber lições de superioridade intelectual de quem pratica, também, estes comportamentos discriminatórios.

**O Sr. Bernardino Soares (PCP):** — Também!

**O Orador:** — Bem, o PCP, nesta matéria, não é exemplo para ninguém.

Quem pratica este tipo de comportamentos não tem, sequer, estatura moral e política para nos vir dar lições sobre quem faz, ou não, discriminação de alguns comportamentos.

**Vozes do PSD e do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Sr. Bernardino Soares (PCP):** — Portanto, o PSD também pratica a discriminação!

**O Sr. Presidente:** — Fiquei na dúvida se o Sr. Deputado Jorge Nuno Sá dirigia alguma pergunta ao Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos,...

**Vozes do PCP e do BE:** — Não!

**O Sr. Presidente:** — ... mas espero que seja respondida.

Tem a palavra, para pedir esclarecimentos adicionais ao Sr. Secretário de Estado, a Sr.ª Deputada Isabel Castro.

**A Sr.ª Isabel Castro (Os Verdes):** — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos, julgo que a resposta que deu é grave. Não se contesta, naturalmente, que o Estado, através dos diversos ministérios, faça protocolos, mas contesta-se a falta de qualidade e a ignorância, que não pode ser protagonizada. Este panfleto é um sinal de ignorância, designadamente das instituições, porque nem compreendem a gravidade do conteúdo da informação que prestam.

Em segundo lugar, Sr. Secretário de Estado, não o ouvimos dizer quando é que vai retirar este panfleto de circulação e quando é que vai passar a fazer avaliação de conteúdos.

Porém, há seguramente duas questões concretas em relação às quais gostaria de saber a sua opinião. A primeira tem a ver com o facto de que a prevenção não estigmatizante significa informação correcta, e a informação correcta dirige-se e deve ter presente a necessidade de prevenir, nomeadamente comportamentos de risco. Pergunto-lhe quando é que o Governo, em concreto o Ministério da Educação (apesar de não ser tutela sua), vai considerar a sério que a prevenção de riscos, nomeadamente em relação a doenças infecto-contagiosas como a SIDA, implica perceber que a sexualidade está presente na vida dos jovens e quando é que os jovens vão deixar de ser tratados como anjos.

**O Sr. Bernardino Soares (PCP):** — Muito bem!

**A Oradora:** — Sr. Secretário de Estado, a segunda questão que gostaria de lhe colocar é a seguinte: sendo o alcoolismo um problema gravíssimo de saúde pública, com custos sociais e económicos tão graves, quando é que, finalmente, o Governo abdica de fazer aquela coisa escandalosa que é ter como patrocínio da sua própria selecção

nacional de futebol uma marca que é um apelo ao consumo e, seguramente, ao alcoolismo.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra, para pedir esclarecimentos adicionais ao Sr. Secretário de Estado, o Sr. Deputado Bruno Dias.

**O Sr. Bruno Dias (PCP):** — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos, supostamente, todos estaremos de acordo quanto à ideia de que a Secretaria de Estado da Juventude e Desportos não é uma central de distribuição de correio.

**O Sr. Honório Novo (PCP):** — Embora, às vezes, pareça!

*Risos da Deputada do BE Joana Amaral Dias.*

**O Orador:** — Desse ponto de vista, chegamos à conclusão que distribuir um documento não é certamente a única vertente que compete à Secretaria de Estado, no âmbito de um protocolo de uma acção de sensibilização.

Perante situações tão graves como esta, perante a necessidade de esclarecer com rigor, o pior que pode acontecer é induzir os destinatários de uma acção de sensibilização em erro, proporcionando mesmo a difusão de sentimentos de discriminação e de preconceito, associados, ainda para mais, neste caso concreto, ao medo perante os riscos tão graves de difusão e de contágio de doenças como estas. Ora, haja rigor!

**O Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos:** — Estou totalmente de acordo!

**O Orador:** — Sei que não foi o Sr. Secretário de Estado quem escreveu este texto, mas é responsável por um protocolo que aponta para a sua difusão pelos jovens.

No encarte, quando se fala em grupos de risco para esta doença, citam-se, entre outros «os alunos das escolas onde ocorre esta infecção». Então, e, por exemplo, os passageiros de um autocarro entre os quais ocorre esta infecção ou o restaurante onde ocorre esta infecção?

**O Sr. Bernardino Soares (PCP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Não era preciso um folheto mas uma estante cheia de livros e a informação estaria sempre mal!

Já percebemos que, de acordo com o protocolo, foram distribuídos 150 000 exemplares deste encarte dentro de um jornal. O Sr. Secretário de Estado falou em sessões de esclarecimento feitas para milhares de jovens espalhados pelo País e começo a ficar preocupado perante a grandeza dos grupos de risco sujeitos a esta informação.

Portanto, pergunto se o Sr. Secretário de Estado, e o Governo, considera que esta informação está correcta, se mantém o que consta deste encarte, na sua qualidade de responsável pelo protocolo e, ainda, o que vai fazer relativamente aos encartes que foram distribuídos pelas várias instâncias e estão disponíveis. É que, de facto, o Sr. Secretário de Estado não disse se concorda ou não com o que está escrito neste folheto.

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos.

**O Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos:** — Sr. Presidente, agradeço todas as questões formuladas e aproveito para agradecer à Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Amaral Dias, porque despertou para esta discussão duas outras Sr.<sup>as</sup> Deputadas, as Sr.<sup>as</sup> Deputadas Isabel Castro e Luísa Portugal. Aliás, já passarei a explicar por que é que, ao ter trazido uma pergunta sobre esta matéria, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Amaral Dias despertou a atenção daquelas duas Sr.<sup>as</sup> Deputadas...

**O Sr. Bernardino Soares (PCP):** — E do Secretário de Estado!

**O Orador:** — Exactamente, mas isso é óbvio!

Respondendo concretamente à Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Amaral Dias, devo dizer-lhe que, como concordará, toda a informação que se disponibilizar sobre esta matéria é pouca. Temos o dever de informar, e informar bem.

As Sr.<sup>as</sup> Deputadas Joana Amaral Dias e Isabel Castro usaram as expressões «falta de qualidade», «falta de rigor» e, a mais violenta, «ignorância».

**O Sr. João Teixeira Lopes (BE):** — Sem dúvida!

**O Orador:** — Por isso, quero dizer-vos que essas mesmas expressões são destinadas à Associação Portuguesa para o Estudo do Fígado (APEF), que é a responsável pelos conteúdos deste encarte,...

**Vozes do PSD:** — Exactamente!

**O Orador:** — ... relativamente aos quais a Sr.<sup>a</sup> Deputada tem a ligeireza de dizer que demonstram ignorância, falta de rigor e falta de qualidade.

*Protestos do BE.*

A Associação Portuguesa para o Estudo do Fígado assume na íntegra este conteúdo. Por isso, Sr.<sup>a</sup> Deputada, todas as palavras que me dirige — e aceito-as, obviamente, porque estabeleci uma parceria com a Associação, e também as respeito porque é a sua opinião — está a dirigi-las a Professores Doutores que passam o seu tempo a estudar as doenças do fígado.

Assim, devo dizer-vos que me preocupa a ligeireza com que querem transformar este num assunto político. É que isto não deve ser um assunto político.

Todos temos o dever de informar — e, aí, todos estamos de acordo — e todos devemos querer reduzir os números de afectados por esta doença que, infelizmente, ainda existem no nosso país.

Mas há mais, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Quando estamos a falar de questões técnicas, a Sr.<sup>a</sup> Deputada dirige-se a quem? Para falar sobre assuntos relacionados com o fígado, a quem quer que se dirija o Instituto Português da Juventude (IPJ)? A Ordem dos Engenheiros?!... Não! Certamente quererá que nos dirijamos à Associação Portuguesa para o Estudo do Fígado. Ou será que a Sr.<sup>a</sup> Deputada tem outra sugestão? Se a Sr.<sup>a</sup> Deputada indicar uma outra associação, é óbvio que o Instituto Português da Juventude irá estabelecer contactos com a mesma.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, a nossa preocupação é a de escolher os melhores e, neste caso, escolhemos a Associação Portuguesa para o Estudo do Fígado, opção que é totalmente assumida.

Respondendo agora à Sr.<sup>a</sup> Deputada Luísa Portugal, vou dar-lhe números relativamente aos gabinetes de apoio à sexualidade juvenil, que também existem em todas as delegações regionais do Instituto Português da Juventude: foram feitas perto de 20 000 consultas.

Relativamente ao serviço Sexualidade em Linha, sobre o qual me questionou, devo dizer-lhe que foram registadas mais de 100 000 consultas. Além disso, estamos a procurar estabelecer parcerias com associações para que a informação seja mais célere e os jovens possam aceder a ela.

Acresce que também estamos a reformular todo o sistema de informação. Assim, vamos apresentar o primeiro portal temático do Governo destinado à juventude e vamos, também, criar um *call center* pelo qual, através de um único número telefónico, os jovens possam aceder a toda a informação.

Como disse, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Amaral Dias despertou as Sr.<sup>as</sup> Deputadas Luísa Portugal e Isabel Castro. Digo-o porque ambas eram Deputadas na anterior legislatura.

Ora, Sr.<sup>a</sup> Deputada Luísa Portugal, vou mostrar-lhe um folheto rigorosamente igual a este que foi distribuído juntamente com o semanário *Expresso*, com a diferença que tem recortes, o que o encarece, e, ainda, a de que, no actual encarte, consta, entre os patrocinadores, o nome da Secretaria de Estado da Juventude e Desportos, enquanto no outro consta o nome do Ministério da Juventude e do Desporto, que era da responsabilidade do governo do Partido Socialista.

A Sr.<sup>a</sup> Joana Amaral Dias (BE): — Portanto, fez-se uma vez e repetiu-se o erro!

O Orador: — Portanto, quando saiu este último folheto, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Luísa Portugal estava distraída, caso contrário, certamente não teria feito a pergunta que fez hoje.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Já agora, permitam-me que diga que espero que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Amaral Dias não se fique só pela contestação e me apresente uma outra associação que, à semelhança desta Associação Portuguesa para o Estudo do Fígado, trate bem desta matéria, para que eu próprio possa pedir ao IPJ que estabeleça parcerias.

É que, Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Amaral Dias, não queria que, aos 30 anos, ficasse conhecida como «a contestatária», tal como consta hoje de uma reportagem muito simpática publicada numa revista. Portanto, não se fique apenas pela contestação. Apresente soluções, apresente-me uma outra associação e garanto-lhe que o Instituto Português da Juventude desenvolverá esforços para estabelecer uma outra parceria.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos passar à sétima pergunta, sobre o ponto de situação relativamente ao Parque Natural Sintra/Cascais e o seu plano de ordenamento, que vai ser formulada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro e será respondida pelo Sr. Secretário de Estado do Ordenamento do Território.

Tem, então, a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro.

A Sr.<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, a questão que queremos colocar

é recorrente neste Parlamento, porque recorrentes são os crimes ambientais no Parque Natural Sintra/Cascais.

Tais crimes verificam-se há anos, são, porventura, o melhor exemplo da inexistência, há longo tempo, de políticas de conservação da natureza, são, também, um sintoma claro de que a justiça não funciona no nosso país, porque, se funcionasse, muito do que tem acontecido no Parque Natural Sintra/Cascais, e que já deveria ter sido objecto de investigação e de criminalização, não estaria a repetir-se impunemente.

A pergunta que fazemos é a repetição do que perguntámos, há meses, através de requerimento dirigido ao Governo, e que não foi respondido, e prende-se com a revisão do plano de ordenamento.

O plano de ordenamento foi lançado em 2000, já com um ano de atraso em relação ao previsto inicialmente, e o prazo fixado não foi cumprido. Medidas preventivas no sentido da não construção neste período estão em vias de cessar em breve e o Governo, em funções há um ano, que nada fez, está agora, à pressa, a tentar apresentar um documento para discussão pública.

A questão que colocamos também tem a ver com o plano de ordenamento da orla costeira neste Parque, que se transformou num amontoado de lixo, em que o betão triunfa.

Assim, Sr. Secretário de Estado, a pergunta coloca-se em relação a coisas concretas sobre as quais o Governo nada disse. Refiro-me a ilegalidades na Azóia, à possibilidade de desafecção, entre a Praia Grande e Janas, de uma área importante para construção. Coisas graves ainda, e que, a acontecer, constituirão graves crimes ambientais, têm a ver com construções ilegais na Praia Grande que foram permitidas no passado mas que os senhores estão a deixar ficar.

As respostas que queremos têm a ver com o amontoado de ilegalidades que, com complicitades do poder mas também do Instituto da Conservação da Natureza e do próprio Ministério, foram permitidas por omissão.

O que pretendemos é que nos faça o ponto da situação relativamente a este conjunto grande de crimes ambientais, a estas ilegalidades. Queremos a clarificação do ponto da situação, quer no concelho de Cascais quer no de Sintra, do que está ou não autorizado neste momento.

É esse falar verdade, esse fim da opacidade que neste momento pretendemos do Governo, perante a Câmara, já que não o fez doutro modo e tem-se furtado a responder sobre esta matéria aos grupos parlamentares, concretamente a Os Verdes.

**Vozes de Os Verdes:** — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Ordenamento do Território.

O Sr. Secretário de Estado do Ordenamento do Território (Paulo Taveira de Sousa): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro, agradeço a sua pergunta e, como já é público, o Governo está absolutamente empenhado em que, no dia 5 de Junho, seja posta à discussão pública a proposta de revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural Sintra/Cascais.

De facto, muitas das ilegalidades que aconteceram nem sequer se deveram ao plano que está em vigor, mas, pura e simplesmente, a uma incorrecta interpretação que é imputável às anteriores gestões do Parque Natural e a diver-

sas irregularidades que foram cometidas pelas câmaras municipais da zona. Mas isso é passado.

Pela nossa parte, estamos absolutamente empenhados em dar a volta a esta situação. Como tal, tudo faremos para que, no dia 5 de Junho, seja posto à discussão pública um projecto de plano de ordenamento e temos feito todos os esforços nesse sentido.

Há orientações políticas definidas há muito tempo no que diz respeito a essa revisão do plano de ordenamento. Há uma concertação com as câmaras e há uma convergência de objectivos.

Foi nomeado um novo director do Parque Natural, em virtude de situação de doença da anterior titular, o que já aconteceu durante a tutela desta equipa governamental, sob proposta minha. Há uma calendarização de acções para que, no dia 5, seja possível termos uma proposta em discussão pública.

Eu próprio estive presente na primeira reunião da comissão mista de coordenação, que teve lugar após o meu início de funções, justamente para marcar este objectivo político do Governo, para pedir um esforço acrescido a todos os que integram a referida comissão mista e para disponibilizar todos os meios ao alcance do Ministério e do Instituto da Conservação da Natureza para que tal objectivo seja atingido.

Portanto, estamos de consciência tranquila quanto a que nada pode ser-nos imputável relativamente a crimes ambientais de que a Sr.<sup>a</sup> Deputada fala.

De facto, houve muitas irregularidades no passado mas, agora, o essencial é que se crie um clima para que a equipa técnica, que tem toda a nossa confiança, as pessoas que fazem parte da comissão mista de coordenação possam terminar os seus trabalhos em tempo útil. Por nós, faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para que assim aconteça.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Sr. Presidente: —** Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro.

**A Sr.<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes): —** Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado do Ordenamento do Território, não vou entrar na questão dos crimes e das culpas, pois as culpas começam, desde logo, no PSD, até 1995, e prosseguem no tempo da governação socialista. Portanto, esse é um *dossier* encerrado.

Mas encerrada não está — e sobre isso o Sr. Secretário de Estado nada disse e gostava que esclarecesse — a situação relativamente a coisas concretas sobre as quais queremos respostas. Conheço a posição da Câmara Municipal de Cascais, mas não conheço as posições da Câmara Municipal de Sintra e do Governo. E não vale a pena arranjar bodes expiatórios e fazer de conta que, desde o porteiro aos vários directores do parque, todos foram corruptos e mais ninguém teve responsabilidades.

As perguntas concretas que lhe faço, Sr. Secretário de Estado, são estas: quanto ao Abano, sim ou não, nada mais será construído? Quanto ao Cabo Raso, sim ou não, o vazadouro de lixo que ali está desaparece e há a garantia de não mais construções? Quanto à Quinta da Marinha, sim ou não, só é construído o que tenha alvarás? Quanto ao Penedo, a uma casa ilegal aí construída por um ex-presidente da câmara do PSD, sim ou não, essa construção ilegal vai ser demolida e, no fundo, os instrumentos de que

o Governo dispõe (e de que já dispunha no passado, mas ao longo de um ano não foram utilizados) vão ser accionados?

Em relação ainda a outras áreas, Sr. Secretário de Estado, áreas ditas preferenciais de turismo e de recreio, falo de uma coisa extremamente curiosa, que são empresas que se dirigem ao Governo e se oferecem para construir — nomeadamente na zona do Pego, uma zona que não pode aceitar mais sobrecarga —, dizendo que, como o abandono é visível, a incompetência e a incapacidade do Estado são totais e não há conservação da natureza, a construção é uma forma de preservar o ambiente.

É sobre estas coisas concretas que queremos respostas. É também sobre as ilegalidades que continuam a ser cometidas hoje — não foi há 20 anos! —,...

**O Sr. Presidente: —** O seu tempo esgotou-se, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

**A Oradora: —** ... na Praia Grande que queremos respostas; é sobre o que se passa na Praia das Maças e nas Azenhas do Mar — e queremos respostas agora, porque isso não depende do plano de ordenamento que vai entrar em discussão em Junho.

**Vozes de Os Verdes e do PCP: — Muito bem!**

**O Sr. Presidente: —** Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

**O Sr. Honório Novo (PCP): —** Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado do Ordenamento do Território, conhece-se a história do Parque Natural Sintra-Cascais, sabe-se que o plano de ordenamento respectivo deveria ter sido revisto até 1999, sabe-se que as responsabilidades por essa inacção, cúmplice de uma determinada estratégia, têm rosto (foi penalizado nas eleições de 2002), mas sabe-se também, Sr. Secretário de Estado, e permita-me que lho diga com o mesmo à-vontade, que o seu Governo está em funções há mais de um ano e que a paralisia da acção em relação a este parque natural se manteve sem alteração. Portanto, se houve responsabilidades de paralisia e de cumplicidade no passado, parece-me que essa «cumplicidade» continuou no presente.

Sabem-se e conhecem-se muito bem os apetites urbanísticos que impendem, há muito anos, e continuam a impender, sobre o Parque Natural Sintra-Cascais.

O Sr. Secretário de Estado, hoje, anunciou o compromisso de que, até ao dia 5 de Junho, estará em discussão pública um plano de ordenamento para o Parque Natural Sintra-Cascais. O que importava era que, hoje, o Sr. Secretário de Estado nos dissesse mais alguma coisa sobre as orientações desse plano, porque naturalmente o conhece e tem-no discutido, e porque, pela sua importância política, e não só, ele deve ser do conhecimento do Secretário de Estado.

Pergunto-lhe, Sr. Secretário de Estado: esse plano vai no sentido de acentuar a essência de um plano de conservação da natureza e também no de corrigir as perversões urbanísticas que se conhecem, aqui, ali e acolá, um pouco por todo o lado, na sua área, desde o Abano, ao Cabo Raso e à Quinta da Marinha, como já aqui foi referido, ou, pelo contrário, vai no sentido, conforme há notícias (e, deixe-me que lhe diga, muito fundamentadas), de acentuar



e de tornar mais permeável a pressão urbanística que impende sobre esse parque?

Sobre isto é que era importante que o Sr. Secretário de Estado, como responsável pelo ordenamento do território, nos dissesse algo hoje.

**O Sr. António Filipe (PCP):** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Silva Pereira.

**O Sr. Pedro Silva Pereira (PS):** — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado do Ordenamento do Território, quero cumprimentá-lo e, por ser a primeira vez que temos ocasião de dialogar no Parlamento, desejar-lhe as maiores felicidades no exercício das suas funções.

A revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural Sintra-Cascais é muito necessária. Foi lançada pelo governo anterior, porque o plano de ordenamento de 1994 era um mau plano de ordenamento. Era excessivamente permissivo, sobretudo quanto à localização de empreendimentos turísticos, já que previa que o Abano e o Cabo Raso fossem áreas preferenciais para o turismo. São esses erros, cometidos no plano de ordenamento de 1994, que foi necessário corrigir. Por isso, fez-se algo nunca antes feito em Portugal, que foi suspender um plano de ordenamento de uma área protegida, aplicando-lhe medidas preventivas, e demitir (uma intervenção também inédita) uma direcção de uma área protegida, pelo facto de haver indícios de deliberações ilegais e excessivamente permissivas, ou, pelo menos, com interpretações muito liberais daquilo que constava de um plano de ordenamento.

Ora, o que precisamos de saber é se as orientações do Governo se mantêm quanto ao facto de esta revisão corrigir esses erros. Foi possível travar o desenvolvimento do empreendimento do Abano, no que diz respeito ao campo de golfe e ao hotel. O Sr. Secretário de Estado está em condições de confirmar que não será construído o hotel e o campo de golfe, por via das alterações introduzidas na proposta de plano que vai entrar em discussão pública? Quanto ao Cabo Raso, a mesma coisa: está em condições de garantir que a proposta de plano não vai permitir a construção do empreendimento turístico, pretendido em 1994, para o Cabo Raso? E a mesma coisa para outros empreendimentos, nomeadamente na zona da Autodril, do autódromo, onde havia pretensões.

São estas respostas concretas que esperamos, acerca de um plano que o Sr. Secretário de Estado anuncia como estando em discussão pública para daqui a 15 dias, mas que todas as associações que acompanham a elaboração do plano, no próprio interior da comissão mista, nunca viram — nunca viram o regulamento,...

**O Sr. Presidente:** — O seu tempo esgotou-se, Sr. Deputado.

**O Orador:** — ... nunca viram o relatório, nunca viram plano algum. Mas, certamente, o Sr. Secretário de Estado conhecerá mais detalhes sobre esse plano e são essas respostas concretas que esperamos.

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Reis.

**O Sr. Vítor Reis (PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado do Ordenamento do Território, dado que é a primeira vez que V. Ex.<sup>a</sup> está neste Plenário e a primeira vez que vamos ter oportunidade de debater estas matérias consigo, quero, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, saudá-lo. Quero igualmente saudá-lo pela notícia, que já nos deu, de que, no próximo dia 5 de Junho, estará colocada em debate público uma proposta de revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural Sintra-Cascais.

Como é natural, Sr. Secretário de Estado, todos nós conhecemos a triste história deste parque natural. Particularmente nos últimos anos — e acabei de ouvir o Sr. Deputado Pedro Silva Pereira fazer aqui quase que um acto de arrependimento ou de contrição —, a gestão deste parque natural foi simplesmente desastrosa.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Quase diria, Sr. Secretário de Estado, que o anterior governo ia sendo o cangalheiro da rede nacional de áreas protegidas neste país. É que o estado em que deixou os vários planos de ordenamento das áreas protegidas e, em especial, aqueles que tinham maior pressão urbanística, *vide* o caso Sintra-Cascais, reflecte esta triste realidade.

Sabemos que o Governo teve um ano para fazer aquilo que o anterior governo não fez em dois anos. Isto é, sabemos que, desde o dia 5 de Junho de 2000, estão decretadas medidas preventivas, aprovadas pelo anterior governo, e que, durante os dois anos que se sucederam a essa resolução do Conselho de Ministros, o anterior governo nada fez. E, no dia 6 de Abril do ano passado, quando este Governo tomou posse, encontrou uma situação de zero absoluto em matéria de revisão do plano.

Portanto, Sr. Secretário de Estado, a pergunta que quero fazer é esta: do ponto de vista das orientações e da estratégia para a revisão do plano, quais são os aspectos mais relevantes que o Governo pretende implementar? Em especial, Sr. Secretário de Estado, coloco-lhe uma questão que tem a ver com a contenção dos aglomerados urbanos na zona do parque.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Ordenamento do Território.

**O Sr. Secretário de Estado do Ordenamento do Território:** — Sr. Presidente, algumas das questões que os Srs. Deputados colocaram foram comuns, pelo que vou tentar responder a todos em conjunto, discriminando quando for oportuno.

Começando pela questão, talvez mais importante, das orientações, existem, de facto, orientações definidas por este Governo, que têm sido aplicadas quanto à revisão do plano. De facto, relativamente ao governo anterior, só conhecemos uma resolução do Conselho de Ministros, mais nada. Trabalhos, como disse o Sr. Deputado Vítor Reis, não os conhecemos; se existem, não estão nos arquivos do ministério.

Relativamente às orientações que este Governo deu, em tempo oportuno, elas têm por objectivo: a contenção dos aglomerados urbanos; a correcção da dispersão de habitações que se verifica naquela zona, sempre que for possível; a preservação dos valores naturais e paisagísticos da

região; e a consagração no novo plano dos sítios classificados como de Rede Natura 2000. Portanto, o que está em causa é uma valorização da região, combatendo activamente todas as irregularidades efectivamente cometidas.

Respondendo directamente ao Sr. Deputado Pedro Silva Pereira, devo dizer o seguinte: o plano que actualmente existe, aprovado em 1994, obviamente precisa de revisão, por variadíssimas razões. Mas é preciso dizer muito claramente o seguinte: é que as principais irregularidades, os principais crimes (chamemos-lhes assim) ambientais, de que falava a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro, não se deveram ao plano, mas à má interpretação, à interpretação desleixada, desse plano, a completas atrocidades que gestões anteriores do parque fizeram. E o problema não é só esse: é que, mesmo quando a gestão do parque actuou bem, quando emitiu pareceres vinculativos desfavoráveis, houve câmaras municipais, as de Sintra e Cascais, que autorizaram licenciamentos que não podiam. Ora, esses casos estão comunicados ao Ministério Público, estão em tribunal. E se a justiça não funciona, respondendo à Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro, a culpa não é do Governo, pelo menos não é seguramente deste Governo.

Portanto, temos actuado com o maior cuidado para preservar a zona, sendo esse o objectivo estratégico que prosseguimos.

Gostaria também de recordar ao Sr. Deputado Honório Novo que, se bem percebi, entrou numa ligeira contradição, pois, se, por um lado, diz que o Governo está parado, que há uma paralisia generalizada, por outro, diz que há notícias de que vão ser aprovados grandes aglomerados. Bem, de duas, uma: ou estamos parados, ou estamos a fazer mal. De facto, o Sr. Deputado vai ter de resolver esse problema.

Não quero alongar-me muito, mas devo fazer uma observação: esta Assembleia da República, felizmente, vai ter de se habituar (certamente habituar-se-á, e com muito gosto) a que haja, de facto, planos de ordenamento e revisões de planos de ordenamento. Isso era algo a que a Assembleia não estava muito habituada, mas ao que, com certeza, vai habituar-se.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E as respostas às minhas perguntas?!

O Orador: — Respondi a todas!

Já agora, gostaria de dizer que há um objectivo que prosseguiremos contra ventos e marés: no dia 5 de Junho, queremos ter uma proposta em discussão pública e, para isso, é preciso que as equipas técnicas que estão a trabalhar tenham não só os meios como também o ambiente de tranquilidade e de serenidade, para que produzam um trabalho técnico. Têm orientações políticas...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Quais são?

O Orador: — Já respondi! Mas, se quiser, posso repetir: contenção de perímetros urbanos, evitar...

O Sr. Honório Novo (PCP): — O que vai acontecer aos crimes?!

O Orador: — Ó Sr. Deputado, os crimes são tratados nos tribunais! O Governo participou tudo aquilo que tinha a participar, é a função do Governo. Reagiu e actuará proactivamente.

Relativamente à discussão pública, daremos todas as condições para que ela seja participada e espero que os Srs. Deputados também participem nela. Aliás, o Governo espera que essa discussão pública seja participada, ampla, para que, no final, dentro do prazo que a lei prevê, tenhamos uma boa revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural Sintra-Cascais. Nesse aspecto, estou crente de que estamos todos de acordo.

Já agora, quero fazer uma observação final: temos tido o melhor contacto com as câmaras municipais e com todas as entidades que estão representadas na comissão mista de coordenação.

Assim sendo, estou muito confiante em que os objectivos que os senhores aqui também dizem partilhar (e não duvido disso) vão ser efectivamente atingidos.

**Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!**

A Sr.<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, sob a forma de interpelação à Mesa, gostava de chamar a atenção para uma coisa, se me permite.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, acho que o elementar que o Governo deve fazer, em sinal de respeito para com a Câmara, numa sessão de perguntas ao Governo, é cingir-se, ou pelo menos não fugir, às questões que lhe são colocadas.

Não viemos aqui discutir heranças passadas mas, sim — e essa foi a primeira questão colocada —, exigir um ponto da situação sobre um determinado parque natural. E não é, do nosso ponto de vista, compreensível, nem politicamente aceitável, que o Governo o não faça. É tão-só isto! E isto é seguramente algo que 10 minutos permitem conter e a que a preparação das respostas, que ainda por cima são seleccionadas pelo Governo, devia obrigar.

Julgo que esta questão, a não ser resolvida hoje, deve sê-lo no futuro.

O Sr. Presidente: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, os Srs. Deputados são livres de fazer as perguntas que quiserem e o Governo também responde livremente às perguntas.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Ou não responde!

O Sr. Presidente: — Este parece-me um princípio absoluto da liberdade de expressão de pensamento, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Srs. Deputados, passamos à última pergunta, sobre as medidas que o Governo pensa tomar no sentido de reforçar a protecção dos trabalhadores afectados pelas doenças músculo-esqueléticas, impedindo, nomeadamente, o despedimento dos que são vítimas daquelas doenças, que será formulada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Odete Santos e respondida pelo Sr. Secretário de Estado do Trabalho.

Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> Odete Santos (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado do Trabalho, desde há vários anos que temos vindo a levantar aqui, no Plenário da Assembleia da República, o escândalo da inércia criminosa que se tem verificado, em primeiro lugar, por parte das entidades patronais e, em segundo lugar, por parte do próprio Governo, inércia que tem conduzido muitos trabalhadores a fica-

rem estropiados em resultado de doenças músculo-esqueléticas, sem que nada se tenha feito para detectar por que é que tal acontece nas linhas de montagem, nomeadamente nas indústrias de material eléctrico ou electrónico, para que as mesmas sejam alteradas de forma a obviar ao aparecimento dessas doenças que inutilizam praticamente os trabalhadores, em especial as mulheres, que são as mais afectadas nestas empresas por constituírem a maioria dos trabalhadores.

Penso que agora se assiste a uma nova escalada deste «crime», escalada que está representada, neste momento, pelos despachos do Sr. Presidente do Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais (CNPRP), que são autênticas altas administrativas, em que o presidente deste Centro dá aos trabalhadores uma ordem para se apresentarem ao serviço por estarem aptos para o trabalho — tenho em mãos várias fotocópias desses officios que comprovam o que estou a dizer. E isto vai contra o parecer dos médicos de família, que continuam a entender que os trabalhadores não estão em condições para retomar o trabalho.

Esta é uma medida excepcionalmente grave, constitui um atentado contra o direito à saúde dos trabalhadores e coloca-os na antecâmara dos despedimentos. As doenças músculo-esqueléticas já serviram para despedir muitos trabalhadores, coloca-os, repito, na antecâmara desses despedimentos, torna-os vítimas de agravamento das doenças, porque muitos deles retomam o trabalho que lhes causou essas doenças.

Ocorrem já, nomeadamente na empresa Alcoa, propostas de rescisão de contratos de trabalho por mútuo acordo em relação a 90 destes trabalhadores, precisamente com base na incapacidade dos mesmos.

Acresce a tudo isto que, efectivamente, os tribunais já têm considerado trabalhadores...

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, o tempo de que dispunha esgotou-se.

A **Oradora**: — Termina já, Sr. Presidente.

Que medidas pensa o Governo tomar em relação a esta situação?

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Trabalho.

O Sr. **Secretário de Estado do Trabalho** (Luís Pais Antunes): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Odete Santos, ouvi com a máxima atenção a questão que colocou e permita-me que lhe diga que o Governo partilha, em grande medida, as preocupações que aqui foram trazidas. Certamente, não chegaria ao ponto de falar em inércia criminosa — penso que a questão não pode nem deve ser assim qualificada —, quer das empresas empregadoras, quer dos sucessivos governos a quem o problema tem sido colocado, mas o Governo reconhece que estamos em presença de um problema que é sério e, por essa razão, já tomou algumas iniciativas, e certamente outras tomará, independentemente da questão que aqui foi colocada.

Antes de falar das medidas já tomadas e das que estão em curso, e já que a questão da empresa Alcoa aqui foi suscitada, gostaria de informar a Câmara e a Sr.<sup>a</sup> Deputada Odete Santos em particular que o Governo tem acompa-

nhado esta situação de perto com especial preocupação. O despedimento colectivo na empresa Alcoa de cerca de 350 trabalhadores foi notificada ao Ministério e à Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho no passado dia 5 de Maio; no dia 9 de Maio — o que prova a importância e a atenção que o Governo dedicou a este assunto — realizou-se uma primeira reunião; está marcada uma outra para o dia 20 de Maio, terça-feira; e o Governo, o Ministério da Segurança Social e do Trabalho e a Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho em particular prestarão a maior atenção quanto à eventual abrangência do despedimento colectivo no que se refere a trabalhadores afectados por doenças músculo-esqueléticas, sendo certo que, do ponto de vista do Governo, trabalhadores com doenças crónicas (e doenças músculo-esqueléticas tendem a ser consideradas como doenças crónicas) são abrangidos pela proibição do despedimento. Portanto, esse facto será tomado devidamente em consideração.

Quanto à questão concreta que foi colocada, sobre quais as medidas que o Governo pensa tomar, gostaria de dizer que estão em curso um conjunto de medidas já tomadas — de facto, o Governo encontrou este *dossier* completamente fechado e parado —, que são as seguintes: duas medidas já em curso lançadas em Março deste ano, no quadro do IDICT, que têm a ver com o lançamento de uma campanha de informação, em colaboração com médicos do trabalho e com a Liga Portuguesa contra as Doenças Reumáticas, chamando a atenção, com informações, para a importância destas doenças, e uma campanha de sensibilização especialmente dedicada às pequenas e médias empresas, focalizada em áreas mais problemáticas, e que terei ocasião de desenvolver mais à frente. Por outro lado, no documento final do PNAP (Plano Nacional de Acção pela Prevenção) é colocada a tónica na importância do combate à avaliação, criação e divulgação de boas práticas na área das doenças músculo-esqueléticas. Entretanto, por minha iniciativa, já no âmbito do Conselho Nacional para a Higiene e Segurança no Trabalho, foi na última reunião, realizada no mês passado, lançado um desafio aos parceiros sociais para que a questão das doenças músculo-esqueléticas fosse um dos temas de discussão numa das próximas reuniões, possivelmente já na reunião agendada para Maio ou na reunião do mês de Junho.

Para concluir, gostaria de dizer que, no âmbito do Ministério, estão neste momento em fase final de preparação dois diplomas, um visando regulamentar o Decreto-Lei n.º 248/99, precisamente para fazer face a este tipo de situações e, por outro lado, uma revisão da portaria n.º 333/84, para estabelecer uma forma mais eficaz e mais eficiente de articulação entre o CNPRP, o ISSS e os serviços do Ministério da Saúde.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Odete Santos.

A Sr.<sup>a</sup> **Odete Santos** (PCP): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

V.Ex.<sup>a</sup>, Sr. Secretário de Estado, não me respondeu, mas espero que se insiram nas medidas que anunciou determinações em relação ao Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais no sentido de que estas altas administrativas contrariam o direito à saúde que os traba-

lhadores têm, bem como contrariam toda a legislação relativa à protecção dos riscos profissionais do trabalho. É que não faz sentido que um trabalhador que está de baixa porque um médico de família o considera incapaz para ir trabalhar tenha uma ordem de marcha para se apresentar ao serviço por parte de um presidente que não o mandou sequer submeter a exame médico. Portanto, aguardo que essa também seja uma das medidas que diz ir implementar.

De facto, o que tem acontecido não tem só a ver com a empresa Alcoa. O que a Visteon (outrora Ford Electrónica, quando se despoletou o escândalo deste problema, há muitos anos) tem feito é concentrar os trabalhadores afectados por estas doenças num turno para depois dizer que não há produtividade de trabalho, aliciando-os com rescisões de contrato por mútuo acordo.

Pode também falar-se noutras empresas, como a Pioneer, de Ovar, que tem colocado trabalhadores numa sala, quase como se estivessem de castigo, sem fazer nada, por não lhes ser dado trabalho,...

O Sr. Bruno Dias (PCP): — É um escândalo!

A Oradora: — ... o que também penso ser um escândalo, conforme o meu colega Bruno Dias acabou de dizer.

Portanto, é para estas situações que nós chamamos a atenção, tanto mais que, no ano 2000, a União Europeia desenvolveu uma campanha nesse sentido — a Semana Europeia sobre Riscos no Trabalho foi dedicada às doenças músculo-esqueléticas, que é um flagelo reconhecido por toda a parte —, determinando que se façam estudos sobre as condições de trabalho, sobre as linhas de montagem.

Em Portugal, esses estudos não têm sido feitos, ao passo que outros países, como os países nórdicos, nomeadamente a Suécia, têm já elaborado recomendações várias no sentido da organização do trabalho por forma a que, embora não impedindo totalmente, se vá minorando o problema decorrente destas doenças.

Por isso, Sr. Secretário de Estado, registei o que disse, ou seja, que estes trabalhadores estão protegidos em relação aos despedimentos colectivos. Acontece que a legislação actual sobre despedimentos colectivos, ao contrário da legislação de 1975 — essa, sim, dava ao ministro do trabalho a possibilidade de proibir despedimentos —, deixa os trabalhadores entregues à negociação entre eles e a entidade patronal, limitando ou quase que inviabilizando a intervenção do Governo.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Também para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Roque.

O Sr. Pedro Roque (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado do Trabalho, em primeiro lugar gostaria de dizer que a questão que o Partido Comunista aqui traz hoje é pertinente e que o Grupo Parlamentar do PSD também partilha da sua preocupação relativamente aos trabalhadores afectados pelas doenças músculo-esqueléticas, muitos dos quais de empresas da península de Setúbal, tendo a Sr.<sup>a</sup> Deputada Odete Santos já enumerado algumas.

Aquando da discussão, na especialidade, do Código do Trabalho tivemos oportunidade de verificar que muitos dos artigos daquele Código têm a ver com os trabalhadores

portadores de doenças crónicas. Na nossa opinião, o Código do Trabalho dá resposta a muitos destes problemas, designadamente prevê medidas positivas do empregador relativamente a estes trabalhadores, como dispensas de horário de trabalho suplementar e trabalho nocturno, prevê medidas de protecção, ocupação e reabilitação dos trabalhadores e, talvez o principal, define contra-ordenações graves para as violações ao disposto nestas normas.

A questão que queria colocar ao Sr. Secretário de Estado é simples e concreta: estão ou não os trabalhadores portadores de doenças crónicas, em virtude da sua actividade profissional, melhor protegidos em termos legais com a publicação do Código do Trabalho, aliás segundo a linha personalista que lhe está subjacente?

O Sr. Presidente: — Igualmente para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Cunha.

O Sr. Rui Cunha (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado do Trabalho, de acordo com os dados disponíveis da União Europeia, actualmente, mais de 10 milhões de trabalhadores sofrem de incapacidades resultantes do exercício da actividade profissional. Por seu turno, as doenças músculo-esqueléticas, de que se destacam as tendinites, originadas em meio laboral, têm vindo a aumentar de forma significativa e preocupante, sobretudo em resultado do levantamento manual de cargas, movimentos incorrectos e altamente repetitivos, cadência de trabalho e vibrações, a par de outros factores, como o ambiente de trabalho e a organização do trabalho.

De acordo com o estudo apresentado pela Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho em 2002, as perturbações músculo-esqueléticas constituem a principal causa de problemas de saúde relacionados com o trabalho, registam um agravamento nos últimos anos, representam para os Estados membros um custo que ascende a 2% do seu produto nacional bruto, atingem todos os sectores e ramos de actividade e afectam sobretudo as mulheres trabalhadoras. Portugal, nesta matéria, não foge à regra, ou seja, só este ano, dos cerca de 200 casos de doença profissional diagnosticados, mais de 90% pertencem ao foro músculo-esquelético.

Neste contexto, e sem prejuízo da adopção de uma política global integrada de prevenção dos riscos profissionais e de combate à sinistralidade laboral, que reputamos de essencial — por isso mesmo, foi, em 2001, matéria de acordo de concertação social, subscrito por todos os parceiros sociais, e que o Governo do PSD e CDS-PP mesmo assim não cumpre —, importa atribuir uma atenção acrescida às doenças músculo-esqueléticas adquiridas e ou desenvolvidas em meio laboral.

Esta é uma das matérias que deve ser tratada *a latere* de um mero combate político e que deve procurar reunir um amplo e generalizado consenso. É por isso que não podemos aceitar nem compreender a opção deste Governo em substituir um acordo unânime por um completo deserto de respostas a um domínio fundamental para os trabalhadores, para as empresas e para o País.

Assim, permitimo-nos desafiar o Governo a cumprir o acordo de concertação social e a tomar medidas urgentes no plano da prevenção e da reabilitação profissional das doenças músculo-esqueléticas, visando debelar um fenómeno que tantos trabalhadores atinge, com repercussões gravosas ao nível da sua saúde e da sua vida pessoal, profissional e familiar.

**Vozes do PS: —** Muito bem!

**O Sr. Presidente: —** Sr. Secretário de Estado, tem a palavra para responder.

**O Sr. Secretário de Estado do Trabalho: —** Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, respondendo às questões que foram colocadas e seguindo a ordem pela qual elas foram apresentadas, gostaria, em primeiro lugar, de comunicar à Sr.<sup>a</sup> Deputada Odete Santos que desconheço totalmente o documento com o despacho do Presidente do CNPRP que, segundo referiu, seria contra a opinião dos médicos.

**A Sr.<sup>a</sup> Odete Santos (PCP): —** Posso mandar tirar fotocópias!

**O Orador: —** Tenho todo o gosto em receber essa cópia e tenho todo o gosto em investigar qual é a situação.

A confirmar-se aquilo que a Sr.<sup>a</sup> Deputada refere, ou seja, que esse despacho seria contra a opinião dos médicos, julgo que, efectivamente, há algo que não bate certo e que merece ser investigado e aprofundado.

Permita-me, desde logo, marcar uma diferença: se é verdade que, logo no início da minha intervenção inicial, falei em partilhar as preocupações e até os objectivos prosseguidos pela Sr.<sup>a</sup> Deputada, há uma coisa na qual estamos completamente separados: nunca me verá aqui defender uma legislação de 1975, sobretudo com a natureza e o conteúdo daquela que a Sr.<sup>a</sup> Deputada referiu. Não é certamente com recurso às legislações de 1975 que vamos resolver problemas.

**A Sr.<sup>a</sup> Odete Santos (PCP): —** Então, não pode impedir os despedimentos na Visteon!

**O Orador: —** Estou muito convencido de que se recorressemos a essas legislações iríamos agravá-las. Quem proíbe os despedimentos é a lei, quem aplica a lei e quem controla a sua aplicação são os tribunais! Estamos num Estado de direito, e o Estado de direito funciona assim — e ainda bem que assim funciona!

**A Sr.<sup>a</sup> Odete Santos (PCP): —** Essa é a óptica da vossa legislação laboral!

**O Orador: —** Não estamos a discutir ópticas, estamos a discutir as doenças músculo-esqueléticas.

Relativamente às situações que referiu, nomeadamente os casos da Visteon e da Pioneer, posso dizer à Sr.<sup>a</sup> Deputada que o processo de regulamentação do Decreto-Lei n.º 248/99 foi feito com audição dos próprios trabalhadores da Visteon e com audição dos delegados sindicais das empresas em causa, o que prova que este Governo está empenhado não apenas em encontrar as melhores soluções mas também em ouvir aqueles que mais directamente são afectados.

Reconheço que em alguns países nórdicos, não em todos, foram dados passos mais avançados, mas nesta como noutras matérias o objectivo e o caminho que pretendemos seguir é também esse.

Já agora, gostaria de informar a Câmara sobre um aspecto que não foi referido na minha intervenção inicial. No âmbito do Conselho Nacional de Higiene e Segurança no Trabalho, já foi apresentado e aprovado um regulamento do programa de apoio a projectos do movimento

associativo, em matéria de SHST, que foi objecto de discussão aprofundada na nossa última reunião do mês passado, com a participação e o apoio de todos os parceiros sociais, e de entre os projectos a beneficiar de apoio nesta matéria estão, nomeadamente, aqueles que se destinam à luta contra as doenças músculo-esqueléticas e as suas causas e à forma de melhor as combater.

Ao Sr. Deputado Pedro Roque quero, em primeiro lugar, agradecer os comentários por ele produzidos e dizer-lhe, de forma muito sintética, que, se há matéria em que, a meu ver, foram dados passos seguros na protecção dos trabalhadores pelo Código do Trabalho, ela é sem dúvida a relativa aos trabalhadores portadores de deficiência, ou dos trabalhadores com doenças crónicas. De forma muito resumida, eu diria que o Código do Trabalho começa por consagrar, de forma expressa, uma proibição de discriminação de todos os trabalhadores fisicamente afectados, tendo uma especial referência aos trabalhadores com doença crónica, e, igualmente, medidas de acção positiva para beneficiar trabalhadores portadores de deficiência e com doença crónica.

Por outro lado, o Código do Trabalho isenta igualmente, de forma expressa, os trabalhadores com doença crónica da obrigação de trabalho suplementar, da obrigação de sujeição aos horários com adaptabilidade e isenta da prestação de trabalho nocturno.

Por último, o Código do Trabalho, de forma inequívoca, proíbe os despedimentos dos trabalhadores com doença crónica, o que significa, ao contrário do que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Odete Santos ainda agora disse, que essa proibição deixou de existir em virtude de o Governo deixar de ter uma intervenção directa e de poder impor esse tipo de soluções.

Quero ainda referir que o Código do Trabalho, nesta matéria, qualifica como contra-ordenação muito grave a violação de tudo aquilo que aqui foi referido.

**A Sr.<sup>a</sup> Odete Santos (PCP): —** Ah! Como se isso se resolvesse assim!

**O Orador: —** Eu sei que a Sr.<sup>a</sup> Deputada, às vezes, tem alguns problemas em aceitar que o Estado de direito funcione como deva funcionar,...

**A Sr.<sup>a</sup> Odete Santos (PCP): —** Não, não tenho!

**O Orador: —** ... mas o que é que havemos de fazer?

*Protestos do PCP.*

Por último, devo dizer-lhe, Sr. Deputado Rui Cunha, que tenho algumas dificuldades em compreender a sua intervenção, não certamente na parte em que reproduz documentos, que são públicos e que foram amplamente divulgados na altura, em 2000 e em 2001, e já por este Governo, também em 2002, sobre a avaliação da importância e da necessidade de combate às doenças músculo-esqueléticas. Não é certamente aqui que estamos em divergência ou que tenho dificuldades de compreensão. Tenho alguma dificuldade de compreensão sobre uma afirmação produzida pelo Sr. Deputado, de que o governo anterior teria celebrado o acordo de 2001, como se a celebração de um acordo fosse um objectivo em si (como parece que é o caso), e que o actual Governo não estaria a cumpri-lo. Ora, o que se verifica é precisamente o contrário. E pergunto muito directamente: quem é que concluiu, formalizou e adoptou o PNAP?

Foi o anterior governo ou foi o actual Governo? Quem é que colocou a trabalhar, de forma regular e numa base mensal e com forte participação de todos os parceiros, o Conselho Nacional de Higiene e Segurança no Trabalho? Foi o anterior governo ou foi o actual Governo? Quem é que iniciou os trabalhos de regulamentação do decreto-lei de 1999? Foi o anterior governo ou foi o actual Governo? Quem é que avançou com o processo de revisão da portaria de 1984 que o PS tinha anunciado ser objecto de revisão para melhorar a articulação entre o CNPRP, o Ministério da Saúde e o Ministério da Segurança Social e do Trabalho e que nunca fez? Quem é que avançou com esse processo de revisão? Foi o actual Governo.

Portanto, se houve alguém que não cumpriu nesta matéria, não foi certamente o actual Governo mas, sim, o anterior governo, que se limitou a celebrar o acordo de 2001, ficando sentado à espera que as medidas caíssem do céu, coisa que não aconteceu! Mais depressa caiu o governo do que as medidas do céu!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. Presidente: — Sr. Secretário de Estado do Trabalho, permita-me uma observação: todos os membros do Parlamento sabem perfeitamente como funciona um Estado de direito. Portanto, qualquer comentário sobre a inadaptação dos mesmos com o Estado de direito não me parece muito adequada.

*Aplausos do PCP e do BE.*

**Vozes do PSD:** — Mas há uns que sabem melhor do que outros!

O Sr. Presidente: — Essa observação não fica bem!

A Sr.<sup>a</sup> Odete Santos (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr.<sup>a</sup> Deputada?

A Sr.<sup>a</sup> Odete Santos (PCP): — Sr. Presidente, para uma interpelação à Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> Odete Santos (PCP): — Sr. Presidente, eu entendi como uma brincadeira do Sr. Secretário de Estado do Trabalho a questão do Estado de direito... Nós já tivemos um problema desses na Comissão de Trabalho e dos Assuntos Sociais e resolvemo-lo.

O Sr. Presidente: — Espero que não tenha sido pelo recurso a vias de facto!

*Risos.*

A Oradora: — Não, Sr. Presidente. As minhas vias de facto são mais as palavras do que as outras.

Quero apenas que fique registado em *Acta* que vou entregar ao Sr. Secretário de Estado fotocópias dos tais despachos de que falei, porque, de facto, não caíram do céu, tenho-os na minha frente, e que, aliás, me solicitou.

O Sr. Presidente: — Muito bem, Sr.<sup>a</sup> Deputada, fica registado.

Srs. Deputados, com isto chegamos ao fim dos nossos trabalhos de hoje.

A próxima reunião plenária terá lugar, na terça-feira, reuniões de várias comissões e a próxima sessão plenária será quarta-feira, às 15 horas, e terá, além do período de antes da ordem do dia, como ordem do dia o debate do projecto de resolução n.º 19/IX (PS), a discussão conjunta do projecto de deliberação n.º 17/IX e da petição n.º 22/IX (1.<sup>a</sup>), a apreciação das petições n.ºs 57/VIII (2.<sup>a</sup>), 58/VIII (2.<sup>a</sup>) e 34/VII (1.<sup>a</sup>), e ainda do relatório referente à «Auditoria do Tribunal de Contas ao Departamento de Cobranças da DGCI no âmbito do IVA».

Está encerrada a sessão.

*Eram 12 horas e 25 minutos.*

*Srs. Deputados que entraram durante a sessão:*

Partido Social Democrata (PSD):

Jorge Tadeu Correia Franco Morgado  
José Manuel Pereira da Costa  
Maria Elisa Rogado Contente Domingues  
Maria João Vaz Osório Rodrigues da Fonseca  
Miguel Jorge Reis Antunes Frasquilho  
Vasco Manuel Henriques Cunha

Partido Socialista (PS):

Acácio Manuel de Frias Barreiros  
Alberto Arons Braga de Carvalho  
António Luís Santos da Costa  
José Apolinário Nunes Portada  
José Augusto Clemente de Carvalho  
José Carlos Correia Mota de Andrade  
José Manuel de Medeiros Ferreira  
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro  
Paulo José Fernandes Pedroso  
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos

Partido Comunista Português (PCP):

Maria Odete dos Santos

Bloco de Esquerda (BE):

João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes

*Srs. Deputados não presentes à sessão por se encontrarem em missões internacionais:*

Partido Social Democrata (PSD):

António da Silva Pinto de Nazaré Pereira  
Arménio dos Santos  
Gonçalo Dinis Quaresma Sousa Capitão  
Maria Eduarda de Almeida Azevedo

Partido Socialista (PS):

Alberto Bernardes Costa  
Guilherme Valdemar Pereira d'Oliveira Martins  
José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa  
Maria Amélia do Carmo Mota Santos



**Partido Popular (CDS-PP):**

João Rodrigo Pinho de Almeida

**Partido Comunista Português (PCP):**

António João Rodeia Machado

*Srs. Deputados que faltaram à sessão:*

**Partido Social Democrata (PSD):**

Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso  
António Alfredo Delgado da Silva Preto  
António Edmundo Barbosa Montalvão Machado  
António Joaquim Almeida Henriques  
António Jorge Fidalgo Martins  
António Maria Almeida Braga Pinheiro Torres  
António Paulo Martins Pereira Coelho  
Carlos Jorge Martins Pereira  
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco  
Eugénio Fernando de Sá Cerqueira Marinho  
Fernando Jorge Pinto Lopes  
Francisco José Fernandes Martins  
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva  
Hugo José Teixeira Velosa  
Isménia Aurora Salgado dos Anjos Vieira Franco  
Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa  
Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto  
José Manuel Álvares da Costa e Oliveira  
José Manuel Carvalho Cordeiro  
Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho  
Luís Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves  
Marco António Ribeiro dos Santos Costa

Maria Clara de Sá Morais Rodrigues Carneiro Veríssimo  
Maria Isilda Viscaia Lourenço de Oliveira Pegado  
Mário Patinha Antão  
Melchior Ribeiro Pereira Moreira  
Miguel Fernando Alves Ramos Coleta  
Pedro Miguel de Azeredo Duarte  
Sérgio André da Costa Vieira

**Partido Socialista (PS):**

Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues  
Francisco José Pereira de Assis Miranda  
João Cardona Gomes Cravinho  
João Rui Gaspar de Almeida  
Joaquim Augusto Nunes Pina Moura  
José da Conceição Saraiva  
José Eduardo Vera Cruz Jardim  
Manuel Alegre de Melo Duarte  
Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa  
Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta  
Nelson da Cunha Correia

**Partido Popular (CDS-PP):**

Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello-Branco  
Henrique Jorge Campos Cunha  
João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo  
João Nuno Lacerda Teixeira de Melo

**Partido Comunista Português (PCP):**

Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.



# DIÁRIO

da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85



## IMPrensa NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, € 0,05 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

---

**PREÇO DESTE NÚMERO (IVA INCLuíDO 5%)**

**€ 1,40**

---